cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA
LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2026.11.28 08:36:10 -03'00'

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 28, 29 e 30 de novembro de 2026 • Nº 2434 • R$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

**Cardeal Tempesta**

Tempo do Advento

PÁGINA 5

OUTUBRO

# Contas do governo Lula têm superávit de R$ 52,3 bilhões

As contas do Governo Central registraram superávit primário de R$ 52,3 bilhões em outubro, informou nesta sexta-feira o Tesouro Nacional. O resultado ficou acima das estimativas do mercado, projetadas em R$ 43,4 bilhões para o mês segundo o Prisma Fiscal – levantamento do Ministério da Fazenda com estimativas do mercado para as contas públicas. Em relação a outubro do ano passado, quando o saldo positivo foi de R$ 36,6 bilhões, houve crescimento real de 36,4%, já descontada a inflação. O resultado reúne as contas do Governo Central, formado por Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central. Segundo o Tesouro, este foi o maior superávit já registrado para um mês de outubro desde o início da série histórica, em 1997. PÁGINA 2

TÍTULOS

## Vendas do Tesouro Direto têm outubro histórico

Impulsionadas pelo novo título Tesouro Reserva, as vendas de títulos públicos a pessoas físicas pela internet registraram o maior volume da história para meses de outubro, divulgou nesta sexta-feira o Tesouro Nacional. No mês passado, o Tesouro Direto vendeu R$ 10,57 bilhões em papéis. O recorde histórico de vendas do Tesouro Direto foi registrado em agosto, quando as vendas de títulos federais pela internet somaram R$ 15 bilhões. Em outubro, o volume foi 20,37% maior que em setembro, quando as vendas do Tesouro Direto somaram R$ 8,77 bilhões. Na comparação com outubro do ano passado, no entanto, o volume é 47,15% maior. PÁGINA 3

FORAGIDO

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



# Flávio Dino retém emendas parlamentares de Flávio Bolsonaro

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino (**foto**) suspendeu a execução de emendas parlamentares apresentadas pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027. São 14 emendas, totalizando R$ 79,3 milhões. "A fim de resguardar a higidez do devido processo orçamentário e evitar a consumação de dano de difícil ou impossível reparação, determino, por cautela, a imediata suspensão da tramitação das emendas parlamentares individuais de autoria do Exmo. Senador Flávio Bolsonaro."O ministro atendeu ao pedido do deputado Santana Braga (PT-SP), uma vez que o senador fugiu do país, após derrota no seguno turno das eleições. PÁGINA 6

REGULAÇÃO

## Governo: EUA usam tarifaço para proteger big techs

O governo brasileiro avalia que a proposta de nova tarifa dos Estados Unidos (EUA) de 10% sobre a importação de aviões prontos e açúcar pretende, entre outros objetivos, desencorajar o Brasil de regular as big techs, além de pressionar por um acordo sobre minerais críticos que ajude Washington a enfrentar a concorrência da China. Apesar da política de tarifas de Donald Trump atingir o mundo todo, haveria questões diretamente relacionadas ao Brasil que motivaram a última proposta de tarifaço, como a defesa do governo Lula da Silva de regular as plataformas digitais. Na Câmara , há a expectativa de se votar ainda neste ano o projeto de lei (PL) 4.675 de 2025, o PL dos Mercados Digitais. PÁGINA 7

CÂMARA

# Bancada do PT reafirma apoio a Lula, mas faz reivindicações

RICARDO STUCKERT/PR




A bancada do PT na Câmara dos Deputados divulgou nota nesta sexta-feira, em que defende a exclusão dos investimentos públicos dos limites do arcabouço fiscal, a redução das taxas de juros e a ampliação da tributação sobre os considerados "super-ricos". O comunicado foi elaborado após seminário da bancada sobre economia, realizado na quinta-feira passada, em Brasília. No texto, os deputados reafirmam o apoio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**), mas criticam a pressão do mercado sobre o governo petista. "A imensa pressão para circunscrever o governo e as instituições do Estado aos interesses do mercado financeiro e do rentismo. PÁGINA 7

CONTA DE LUZ

## Bandeira tarifária verde alivia energia em dezembro

O mês de dezembro continuará sem cobrança de taxa extra nas contas de energia elétrica dos brasileiros. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) manteve a bandeira tarifária verde pelo terceiro mês seguido. Segundo a Aneel, a manutenção da bandeira verde reflete as condições favoráveis de geração de energia no país. "Com o período chuvoso, os níveis dos reservatórios melhoraram, assim como as condições de geração das usinas hidrelétricas. Dessa forma, o acionamento de usinas termelétricas, que possuem energia mais cara, torna-se menos necessário", explica a agência. Criado em 2015 pela Aneel, o sistema de bandeiras tarifárias reflete os custos variáveis da geração de energia elétrica. PÁGINA 2

## INDICADORES

**IBOVESPA (6,01%) / 176.707,23 / 10.022,62 / Volume: 36.156.721.630 / Negócios: 5.275.057**

**Ativo**

| | Preço | % | Oscil. |
|---|---|---|---|
| RIBE6L | 0,010 | | |
| BBDC4 | 15,83 | +11,56 | +1,64 |
| CLFC6L | 0,350 | | |
| COGN3 | 1,83 | +10,91% | +0,18 |
| MGLU3 | 9,65 | +3,88% | +0,36 |

**Maiores Altas**

| | Preço | % | Oscil. |
|---|---|---|---|
| ONCO11F | 0,110 | +37,50 | +0,030 |
| FSTU11 | 0,20 | +33,33 | +0,05 |
| AZTE3F | 0,730 | +25,86 | +0,150 |
| AZTE3 | 0,720 | +20,00 | +0,120 |
| HBRE3F | 1,420 | +19,33 | +0,230 |

**Maiores Baixas**

| | Preço | % | Oscil. |
|---|---|---|---|
| LIGT3 | 2,78 | –13,13 | –0,42 |
| FSRF11F | 0,07 | –12,50 | –0,01 |
| AALR3 | 0,56 | –12,50 | –0,08 |
| FSRF11 | 0,08 | –11,11 | –0,01 |
| WDCN3F | 2,170 | –9,96 | –0,240 |

**Bolsas no mundo**

| | Fechamento | % |
|---|---|---|
| Dow Jones | 50.182,95 | +0,33 |
| S&P 500 | 7.182,78 | -0,25 |
| US Tech 100 | 25.462,88 | -0,24 |
| Euronext 100 | 1.822,03 | +1,88 |
| CAC 40 | 8.108,74 | +1,61 |
| FTSE 100 | 10.609,3 | +1,75 |

| | |
|---|---|
| **Salário mínimo** | R$ 1.621,00 |
| **Ufir-RJ** | R$ 4,9604 |
| **Taxa Selic** (05/11) | 13,75% |
| **TR** (27/11) | 0,1692% |
| **Poupança** (27/11) | 0,6700% |
| **IGP-M** | 1,47% (out.) |
| **IPCA-15** | 0,32% (out.) |
| **CDI** (05/11) | 13,65% |
| **OURO** BM&F/grama/RJ | R$ 660,22 |
| **EURO Comercial** Compra: 6,3014 | Venda: 6,3020 |
| **EURO turismo** Compra 6,3790 | Venda: 6,5590 |
| **DÓLAR Ptax - BC** Compra: 5,7446 | -2,34% |
| **DÓLAR comercial** Compra: 5,7435 | Venda: 5,7441 |
| **DÓLAR turismo** Compra: 5,7844 | Venda: 5,9644 |

MERCADOS

# Bovespa tem leve queda no dia, mas sobe 6% na semana

JULIANA MACHADO/AE

Diferentemente dos mercados de câmbio e de juros, que estenderam de maneira firme as quedas da véspera com a diminuição do prêmio de risco após a confirmação de Luiz Carlos Trabuco para o Ministério da Fazenda, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) terminou o dia com desempenho contido, em leve queda de 0,13%, aos 176. 573,35 pontos. Ainda assim, o ânimo renovado do mercado com o nome de Trabuco, que elevou a confiança em um ajuste fiscal mais profundo a partir de 2027, fez com que o índice fechasse a semana com forte avanço de 6,13%. No mês, o Ibovespa (Índice Bovespa) já sobe 5,15%. No ano, tem ganho de 9,59%.

Chama a atenção que o desempenho do índice ocorreu nesta sexta-feira, com giro maior, de R$ 40 bilhões. É um sinal de que os negócios se tornaram mais direcionais, com investidores posicionados para colher ganhos com ações sensíveis ao cenário econômico e com melhor prognóstico caso uma política fiscal mais austera seja de fato adotada. É o que acontece no setor financeiro, com o IFNC subindo 13,3% na semana, e também nas ações dependentes dos juros, conforme se vê nos índices dos setores de varejo e consumo (11,3%), small caps (12,5%) e imobiliário (16,4%).

Com os bancos registrando altas menos expressivas, a baixa mais demarcada de Petrobras e Vale, ao redor de 2% e 3%, limitou ganhos do Ibovespa. Apesar da melhora da percepção de risco fiscal, a valorização do real ante o dólar passou a pesar sobre as ações da mineradora e da estatal, de grande representatividade no índice.

### DÓLAR

A redução da percepção de risco fiscal com a ascensão de Luiz Carlos Trabuco, presidente do conselho de administração do Bradesco, ao Ministério da Fazenda no Lula 4 fez o dólar despencar quase 4% nesta sexta-feira, e fechar no menor nível desde o último dia 9. A moeda americana emendou o quinto pregão consecutivo de baixa frente ao real e terminou a semana com perdas de 7,07%, o maior recuo semanal desde outubro de 2008, ano da crise financeira mundial.

O real apresentou, mais uma vez, o melhor desempenho, com larga vantagem, entre as divisas mais líquidas, em dia de respiro para moedas latino-americanas, apesar da alta do dólar frente a pares como euro e iene. O índice DXY voltou a superar os 104,000 pontos, acumulando valorização semanal superior a 2% e de quase 6% no ano.

Pela manhã, o dólar rompeu o piso de R$ 5,50, com mínima de R$ 5,4793. Ao longo da tarde, com a moderação dos ganhos do Ibovespa e o recuo do petróleo, houve um ajuste intraday que levou a moeda a trabalhar acima de R$ 5,50. No fim, era negociado a R$ 5,5156, em baixa de 3,97%. Apesar do tombo de 7,07% na semana, ainda sobe no mês (1,31%), após avanço de 5,2% em outubro.

ANEEL

# Com bandeira tarifária verde, energia não terá custo extra em dezembro

O mês de dezembro continuará sem cobrança de taxa extra nas contas de energia elétrica dos brasileiros. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) manteve a bandeira tarifária verde pelo terceiro mês seguido.

Segundo a Aneel, a manutenção da bandeira verde reflete as condições favoráveis de geração de energia no país.

"Com o período chuvoso, os níveis dos reservatórios melhoraram, assim como as condições de geração das usinas hidrelétricas. Dessa forma, o acionamento de usinas termelétricas, que possuem energia mais cara, torna-se menos necessário", explica a agência.

Criado em 2015 pela Aneel, o sistema de bandeiras tarifárias reflete os custos variáveis da geração de energia elétrica. Divididas em cores, as bandeiras indicam quanto está custando para o SIN gerar a energia usada nas residências, em estabelecimentos comerciais e nas indústrias.

As cores das bandeiras tarifárias são definidas a partir da previsão de variação do custo da energia em cada mês.

Quando a conta de luz é calculada pela bandeira verde, não há nenhum acréscimo. Quando são aplicadas as bandeiras vermelha ou amarela, a conta sofre acréscimos de acordo com o consumo de cada cliente.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

OUTUBRO

# Contas do governo têm superávit de R$ 52,3 bilhões

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

As contas do Governo Central registraram superávit primário de R$ 52,3 bilhões em outubro, informou nesta sexta-feira o Tesouro Nacional.

O resultado ficou acima das estimativas do mercado, projetadas em R$ 43,4 bilhões para o mês segundo o Prisma Fiscal – levantamento do Ministério da Fazenda com estimativas do mercado para as contas públicas.

Em relação a outubro do ano passado, quando o saldo positivo foi de R$ 36,6 bilhões, houve crescimento real de 36,4%, já descontada a inflação. O resultado reúne as contas do Governo Central, formado por Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central.

Segundo o Tesouro, este foi o maior superávit já registrado para um mês de outubro desde o início da série histórica, em 1997. Em valores corrigidos pela inflação, o resultado foi o segundo melhor para o mês, atrás apenas do registrado em outubro de 2016.

Naquele ano, as contas públicas foram impulsionadas por uma arrecadação extraordinária obtida com o programa de regularização de recursos mantidos por brasileiros no exterior, conhecido como repatriação.

"Comparado a outubro de 2025, o resultado primário refletiu o crescimento real de 5,6% da receita líquida (+R$ 13,5 bilhões), combinado com a redução de 0,2% da despesa total (–R$ 494,6 milhões)", detalhou o Tesouro Nacional.

### PETRÓLEO

O principal fator para o resultado de outubro foi o aumento das receitas federais. A arrecadação cresceu 5,6% acima da inflação na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Entre os destaques estão as receitas ligadas à exploração de recursos naturais, que cresceram 42,4% acima da inflação. Segundo o Tesouro, o avanço foi puxado principalmente pelas receitas de petróleo e gás natural. Também contribuíram o crescimento da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

As despesas totais ficaram praticamente estáveis. Segundo o Tesouro, isso ocorreu apesar do aumento dos gastos com benefícios previdenciários e programas sociais.

### DESPESAS RECUAM

Um dos fatores que ajudaram a conter as despesas foi a redução dos gastos discricionários, categoria que inclui investimentos e despesas administrativas. Esses gastos caíram 30,8% em relação a outubro de 2025.

Nos dez primeiros meses de 2026, o Governo Central acumula déficit de R$ 37,9 bilhões. No mesmo período do ano passado, o resultado negativo havia sido de R$ 63,7 bilhões.

De acordo com o Tesouro, a melhora ocorreu porque as receitas cresceram mais do que as despesas ao longo do ano.

Nos 12 meses encerrados em outubro, o déficit acumulado correspondeu a 0,27% do Produto Interno Bruto (PIB), indicador que mede a riqueza gerada pela economia brasileira.

COMÉRCIO EXTERNO

# Brasil quer aproximar Mercosul de blocos do Caribe e América Central

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O governo brasileiro deve aproveitar a cúpula do Mercosul, em Montevideo, no Uruguai, para aproximar o bloco comercial dos mercados do Caribe e da América Central.

A 69ª Cúpula do Mercosul, prevista para os dias 3 e 4 de dezembro, marca a transferência da presidência do bloco do Uruguai para a Argentina com a presença confirmada dos cinco presidentes dos países-membros: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

O encontro também servirá para o Mercosul ajustar a implementação do acordo com a União Europeia (UE), já em vigor. Antes da cúpula, ocorre o primeiro fórum empresarial Mercosul-UE, no dia 2 de dezembro, na cidade Uruguai de Punta del Este.

O espaço também será usado pelo governo brasileiro para apresentar a visão de integração regional do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o 4º mandato, em meio a um cenário mundial com diversas crises e guerras simultâneas.

A secretária de América Latina e Caribe do Itamaraty, embaixadora Gisela Maria Figueiredo Padovan, destacou à imprensa, nesta sexta-feira, que o Brasil quer ampliar o alcance do Mercosul para América Central e Caribe.

"Estamos nos aproximando fortemente da Guiana e do Suriname porque a gente ainda não tem acordos com eles e são países de enorme futuro na região. A Guiana é o país que mais cresce no mundo e Suriname vai pelo mesmo caminho. Eles podem ser uma porta para o Caribe", destacou Padovan.

A secretária do Ministério das Relações Exteriores (MRE) citou ainda negociações em curso com El Salvador, República Dominicana e Trinidad e Tobago. A entrada do Panamá como membro associado do Mercosul, em 2024, representou um primeiro passo na aproximação do bloco com essa região. É esperado que o Mercosul conclua um acordo comercial com Panamá em junho do próximo ano.

A embaixadora Gisela Padovan lembrou que os representantes caribenhos alertaram ao Brasil que a comida produzida no país chega na região através de Miami, nos Estados Unidos (EUA).

"A gente quer mudar isso. Queremos que eles comprem comida brasileira via Guiana".

A cúpula do Mercosul servirá ainda para os países discutirem acordos nas áreas de turismo, segurança, infraestrutura, entre outros assuntos. Está prevista uma reunião bilateral entre o presidente Lula e o presidente do Uruguai, Yamandú Orsi.

Esse será ainda o primeiro encontro de Lula com o novo presidente do Paraguai, Pedro Alliana, após impeachment e prisão do presidente Santiano Peña, acusado de envolvimento na quebra do Ueno Bank.

### ARGENTINA

Por outro lado, não está prevista reunião bilateral entre Lula e o presidente argentino Javier Milei. O Brasil rebaixou as relações com o vizinho, retirando o embaixador de Buenos Aires após ofensas pessoais de Milei contra Lula e após o chanceler argentino Pablo Quirno colocar em dúvida o processo eleitoral do Brasil.

### COMÉRCIO MERCOSUL

Em 2025, o comércio entre os membros do Mercosul cresceu 8% em comparação com 2024, chegando a US$ 51 bilhões. As exportações do Mercosul para fora do bloco também cresceram no ano passado 4%, chegando a US$ 407 bilhões.

Os dados são do Centro de Economia Internacional (CEI), ligado ao ministério das relações exteriores da Argentina.

"É preciso destacar o alto valor agregado do comércio intrabloco, onde 80% dos produtos que circulam são produtos com valor agregado. Isso é muito importante, como sempre, para o emprego e para a renda", enfatizou a secretária do Itamaraty para América Latina e Caribe, Gisela Padovan.

STF

# Fux recua e estende por 15 dias contrato do BRB com TJ-BA para guarda de depósito

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux recuou e estendeu por mais 15 dias o contrato de transferência de depósitos judiciais do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) para o Banco de Brasília (BRB). A decisão foi tomada após o BRB recorrer da decisão que havia negado a prorrogação do contrato.

Ao longo dos 15 dias, a Caixa Econômica Federal - para onde o TJ-BA migraria seus depósitos - deverá se manifestar. O prazo começa a contar a partir desta sexta-feira.

Os recursos que motivaram a decisão foram apresentados pelo BRB, mas estão sob sigilo. A restrição da publicidade do documento foi contestada pela seccional baiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-BA).

"Não há nos autos decisão que tenha decretado esse sigilo nem indicação da hipótese legal que o justificaria, assim, decisão que estende um contrato administrativo de custódia de depósitos judiciais de todo o Poder Judiciário da Bahia se apoia apenas em documentos que ninguém, além do embargante, pode ler", disse a entidade em manifestação ao Supremo.

Na última terça-feira, Fux negou um pedido do Distrito Federal (PF) para prorrogar por mais 180 dias o contrato de transferência de depósitos judiciais. Em agosto, Fux havia determinado a prorrogação do contrato por 90 dias e o prazo se encerrou nesta sexta.

Ao pedir a prorrogação, o BRB sustentou que a interrupção do contrato fará com que o banco deixe de receber R$ 394 milhões mensais em novos depósitos judiciais e que a substituição comprometeria a estabilidade financeira da instituição.

Para o ministro, o BRB descumpriu as exigências estipuladas para manter o contrato, como a adoção das medidas pactuadas com a União para socorrer o banco.

O BRB administra cerca de R$ 30 bilhões em depósitos judiciais de cinco tribunais: Bahia, Distrito Federal, Alagoas, Paraíba e Maranhão.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial
Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro
São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899
Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

TÍTULOS

# Vendas do Tesouro Direto têm melhor outubro da história

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Impulsionadas pelo novo título Tesouro Reserva, as vendas de títulos públicos a pessoas físicas pela internet registraram o maior volume da história para meses de outubro, divulgou nesta sexta-feira o Tesouro Nacional. No mês passado, o Tesouro Direto vendeu R$ 10,57 bilhões em papéis.

O recorde histórico de vendas do Tesouro Direto foi registrado em agosto, quando as vendas de títulos federais pela internet somaram R$ 15 bilhões.

Em outubro, o volume foi 20,37% maior que em setembro, quando as vendas do Tesouro Direto somaram R$ 8,77 bilhões. Na comparação com outubro do ano passado, no entanto, o volume é 47,15% maior.

Os títulos mais procurados pelos investidores em outubro foram os vinculados aos juros básicos, cuja participação nas vendas somou 48,4%. A vendas das tradicionais Letras Financeiras do Tesouro (LFT) somaram R$ 3,85 bilhões (36,5% do total).

As vendas do Tesouro Reserva, novo título indexado aos juros básicos que funciona como as caixinhas de bancos digitais, somaram R$ 1,26 bilhões (11,9% do total).

Os papéis corrigidos pela inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA), corresponderam a 20,7% do total. Os títulos prefixados, com juros definidos no momento da emissão, totalizaram 22,4%.

Destinados ao financiamento de aposentadorias, o Tesouro Renda+, lançado no início de 2023, respondeu por 7,2% das vendas. Criado em agosto de 2023, o novo título Tesouro Educa+, que pretende financiar uma poupança para o ensino superior, atraiu apenas 1,2% das vendas.

O interesse por papéis vinculados aos juros básicos é justificado pelo alto nível da Taxa Selic, que está em 13,75% ao ano. Com os juros altos, os papéis continuam atrativos. Os títulos vinculados à inflação também têm atraído os investidores por causa da expectativa de alta da inflação oficial nos próximos meses.

O estoque total do Tesouro Direto alcançou R$ 285,25 bilhões no fim de outubro, alta de 2,11% em relação ao mês anterior (R$ 262,47 bilhões) e alta de 41,93% em relação a outubro do ano passado (R$ 200,97 bilhões). Essa alta ocorreu por causa da correção pelos juros e porque as vendas superaram os resgates em R$ 2,87 bilhões no último mês.

## INVESTIDORES

Em relação ao número de investidores, 350.550 participantes passaram a fazer parte do programa no mês passado. O total de investidores cadastrados atingiu 37.097.172. Nos últimos 12 meses, o número de investidores acumula alta de 9,86%.

O total de investidores ativos (com operações em aberto) chegou a 3.987.860, aumento de 22,41% em 12 meses.

A utilização do Tesouro Direto por pequenos investidores pode ser observada pelo considerável número de vendas de até R$ 5 mil, que correspondeu a 80,2% do total de 1.222.698 operações de vendas ocorridas em outubro. Só as aplicações de até R$ 1 mil representaram 58,4%. O valor médio por operação atingiu R$ 8.634,05.

Os investidores estão preferindo papéis de médio prazo.

As vendas de títulos de até cinco anos representam 47,9% do total. As operações com prazo de cinco a dez anos correspondem a 24,9% do total. Os papéis de mais de dez anos de prazo representaram 20,3% das vendas.

O balanço completo do Tesouro Direto está disponível na página do Tesouro Transparente.

## CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O Tesouro Direto foi criado em janeiro de 2002 para popularizar esse tipo de aplicação e permitir que pessoas físicas pudessem adquirir títulos públicos diretamente do Tesouro Nacional, via internet, sem intermediação de agentes financeiros.

O aplicador só precisa pagar uma taxa para a B3, a bolsa de valores brasileira, descontada nas movimentações dos títulos. Mais informações podem ser obtidas no site do Tesouro Direto.

A venda de títulos é uma das formas que o governo tem de captar recursos para pagar dívidas e honrar compromissos. Em troca, o Tesouro Nacional se compromete a devolver o valor com um adicional que pode variar de acordo com a Selic, índices de inflação, câmbio ou uma taxa definida antecipadamente no caso dos papéis pré-fixados.




CRÉDITO

# BNDES aprova R$ 58 milhões para expansão da Start Química

PAULA MARTINI/AE

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou limite de crédito de R$ 58 milhões para a Start Química, fabricante de produtos de limpeza doméstica, profissional e industrial e de cuidados pessoais com sede em Uberlândia (MG). Os recursos poderão ser utilizados na aquisição de máquinas, equipamentos e materiais industrializados, entre outros itens, para as unidades fabris da empresa.

O financiamento foi aprovado no âmbito da linha BNDES Máquinas e Serviços e terá prazo de utilização de dois anos, prorrogável por mais 12 meses.

Segundo o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, o crédito permitirá a modernização e a expansão da capacidade produtiva da companhia.

A Start Química integra o Grupo Lima & Pergher e foi fundada em 1987. A empresa possui mais de 20 marcas e um portfólio superior a 2.500 produtos, com atuação predominantemente no mercado nacional.

Nos últimos anos, vem investindo na ampliação da capacidade produtiva, na automação de processos e na modernização de suas instalações industriais em Uberlândia.

**MRS LOGÍSTICA S/A**
**CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565 - Companhia Aberta**
**Resumo Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 11 de Novembro de 2026.:** Foi realizada Reunião do Conselho de Administração da MRS Logística S.A. ("Companhia") no dia 11.11.2026 às 11h30min, na sede da Companhia, com a presença da maioria dos membros do Conselho de Administração, na qual foi deliberada e aprovada, por unanimidade dos votos proferidos: (1) Aprovação e Divulgação do Relatório de Informações Trimestrais ("ITR") relativo ao 3º Trimestre do Exercício Social de 2026. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho de Administração e pela Secretária. Assinatura: Luis Fernando Barbosa Martinez, Presidente; Joana Bentes Meyer, Secretária; Fernando Lopes Alcântara, João Mario Lourenço Filho, Luis Fernando Barbosa Martinez, Miguel Angel Homes Camejo, Pedro Barros Mercadante Oliva, Raphael Marins Martins, Luiz Gustavo Reche, Rafael Dorneles Japur e Leandro Martins Chiardelli. Aviso: O presente resumo é feito nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 289, inciso I e não deve ser considerado isoladamente para a tomada de decisão. A íntegra da ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia está disponível no endereço eletrônico do jornal Diário do Acionista (diariodoacionista.com.br) e divulgada no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da Companhia (https://ri.mrs.com.br/). JUCERJA Protocolo: 2026/01264555-6 Data do protocolo: 24/11/2026. Certifico o arquivamento em 25/11/2026 sob o número 00008181096

**IMPERIAL PARK ESTACIONAMENTO LTDA**
**CNPJ 28.038.477/0001-85 – NIRE 33.2.1037623-3**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO – REUNIÃO DE SÓCIOS – 2ª CONVOCAÇÃO**
Ficam os sócios da Imperial Park Estacionamento Ltda convocados, em segunda convocação, na forma dos arts. 1.072, 1.073, inciso I, 1.074 e 1.152, §3º, do Código Civil, para a Reunião de Sócios a ser realizada no dia 08 de dezembro de 2026, às 10h da manhã, na sede da sociedade, na Rua Senador Alencar, nº 100, com entrada pela Rua Conde de Leopoldina, nº 725, Vasco da Gama, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.921-430, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Destituição do sócio Adriano Castellani Mourao do cargo de administrador da sociedade, permanecendo ele na sociedade como sócio quotista. 2. Alteração da Cláusula 9ª do contrato social, para atribuir a administração da sociedade ao sócio Agostinho Francisco de Seixas Mourao, isoladamente. 3. Consolidação do contrato social. A reunião convocada para 23 de novembro de 2026, em primeira convocação, não se instalou por falta do quórum de três quartos do capital social. Em segunda convocação, a reunião instala-se com qualquer número (art. 1.074 do Código Civil). O sócio pode ser representado por outro sócio ou por advogado, mediante mandato com especificação dos atos autorizados (art. 1.074, §1º, do Código Civil). A presente convocação é feita pelo sócio titular de mais de um quinto do capital social, em razão do não atendimento, no prazo de 8 (oito) dias, do pedido de convocação fundamentado entregue à Administração em 29 de outubro de 2026 (art. 1.073, inciso I, do Código Civil). Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2026. Agostinho Francisco de Seixas Mourao - Sócio- Administrador

**Conexa Saúde Serviços Médicos S.A.**
CNPJ nº 27.092.748/0001-18 - NIRE 33.3.0033458-1
**Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 12 de novembro de 2026**
**Data, Hora e Local:** Em 12 de novembro de 2026, às 10 horas, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação. As **194.899.130 ações ordinárias**, nominativas e sem valor nominal, representavam a integralidade do capital social de **R$ 304.000.522,55**. **Mesa:** Presidente: Guilherme de Souza Weigert. Secretário: Breno Regal Maia Mendes Vaz. **Deliberações aprovadas: (i) Contas e Demonstrações Financeiras – Exercícios de 2021 a 2025:** Aprovar, sem ressalvas ou reservas, exercício a exercício, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras e os relatórios da administração relativos aos exercícios encerrados em **31/12/2021, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2024 e 31/12/2025**. Na votação desse item, a Conexa Health LLC foi representada exclusivamente por seu procurador **Breno Regal Maia Mendes Vaz**, abstendo-se de votar **Guilherme de Souza Weigert**, por ser administrador da Companhia, nos termos do **art. 134, §1º, da Lei das S.A.** Consignou-se que as demonstrações financeiras e os relatórios dos exercícios de 2021, 2022 e 2023 foram publicados eletronicamente na Central de Balanços do SPED, nos termos do **art. 294, III, da Lei das S.A.**, e os relativos a 2024 e 2025 foram publicados no Diário do Acionista, nos termos do **art. 289, I e II, da Lei das S.A.** Reunida a totalidade dos acionistas, foram consideradas sanadas a falta de publicação dos anúncios e a inobservância dos prazos, nos termos do **art. 133, §4º, da Lei das S.A. (ii) Destinação dos Resultados:** Aprovar a manutenção integral, na conta de prejuízos acumulados, dos prejuízos apurados nos seguintes exercícios: • exercício encerrado em **31/12/2021**: prejuízo de **R$ 58.810 mil**; • exercício encerrado em **31/12/2022**: prejuízo de **R$ 63.006 mil**; • exercício encerrado em **31/12/2023**: prejuízo de **R$ 53.053 mil**; • exercício encerrado em **31/12/2024**: prejuízo de **R$ 19.387 mil**; e • exercício encerrado em **31/12/2025**: prejuízo de **R$ 1.850 mil**. Não tendo sido apurado lucro líquido em nenhum dos exercícios, não há reserva legal a constituir, nos termos do **art. 193 da Lei das S.A.**, nem dividendo obrigatório a distribuir, nos termos do **art. 17, §1º, do Estatuto Social**. **(iii) Eleição da Diretoria:** Aprovar a eleição dos membros da Diretoria da Companhia para novo mandato de **3 (três) anos**, contado da presente data, permanecendo os Diretores investidos em seus cargos até a posse de seus sucessores, nos termos do **art. 12, caput e §1º, do Estatuto Social**, ficando a Diretoria composta por: a. **Guilherme de Souza Weigert**, brasileiro, médico, reeleito para o cargo de **Diretor Presidente**; e b. **Breno Regal Maia Mendes Vaz**, brasileiro, advogado, eleito para o cargo de **Diretor sem designação específica**. Com a posse dos Diretores eleitos, encerra-se o mandato de **Rui David Aparício Duarte Brandão**, português, empresário, até então Diretor sem designação específica, cujo prazo de gestão se estende até a investidura de seu sucessor, nos termos do **art. 150, §4º, da Lei das S.A. e art. 12, §1º, do Estatuto Social**. A deliberação foi tomada na forma do **art. 122, II, e do art. 143 da Lei das S.A. e do art. 11, item (viii), do Estatuto Social**. Os Diretores serão investidos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, observado o prazo do **art. 149, §1º, da Lei das S.A.**, contendo declaração de desimpedimento, nos termos do **art. 147 da Lei das S.A. c/c art. 1.011, §1º, do Código Civil**, e indicação de domicílio para recebimento de citações e intimações, nos termos do **art. 149, §2º, da Lei das S.A. (iv) Remuneração Global dos Administradores:** Fixar, nos termos do **art. 152 da Lei das S.A., art. 11, item (xiii), e art. 12, §3º, do Estatuto Social**, o montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026 em **R$ 2.000.000,00** (dois milhões de reais), incluindo benefícios de qualquer natureza e verbas de representação. **(v) Matérias da Controlada Psicologia Viva S.A.:** Nos termos do **art. 11, itens (viii), (xiii), (xvii), (xxi), alínea "c", e (xxiii), do Estatuto Social**, aprovar a orientação de voto da Companhia na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da **Psicologia Viva S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 28.567.713/0001-50 e NIRE 3130012859-8, da qual a Companhia é titular de **42.024.663 ações ordinárias**, da seguinte forma: a. votar pela aprovação, sem ressalvas ou reservas, das contas dos administradores, demonstrações financeiras e relatórios da administração da Psicologia Viva relativos aos exercícios encerrados em **31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2024 e 31/12/2025**, abstendo-se Guilherme de Souza Weigert de votar, por ser administrador da Psicologia Viva, nos termos do **art. 115, §1º, da Lei das S.A.**; b. votar pela destinação dos resultados na forma do **art. 189 da Lei das S.A.**, mediante manutenção dos prejuízos apurados em 2022 e 2023 na conta de prejuízos acumulados e absorção, pelo saldo dessa conta, dos lucros apurados em 2024 e 2025; c. votar pela eleição, para novo mandato unificado de **3 (três) anos**, de **Guilherme de Souza Weigert**, como Diretor Presidente, e de **Breno Regal Maia Mendes Vaz**, como Diretor sem designação específica, em substituição a **Rui David Aparício Duarte Brandão**; d. votar pela fixação do montante global anual da remuneração dos administradores da Psicologia Viva em até **R$ 300.000,00** (trezentos mil reais) para o exercício social de 2026, permanecendo vigente para os exercícios subsequentes até nova deliberação. Aprovou-se ainda, nos termos do **caput do art. 13 e do art. 11, item (xxiii), do Estatuto Social**, a representação da Companhia na assembleia da Psicologia Viva por Guilherme de Souza Weigert e Breno Regal Maia Mendes Vaz nas matérias em geral; e, quanto à tomada de contas dos administradores, isoladamente por Breno Regal Maia Mendes Vaz, na qualidade de procurador, considerando o impedimento do Diretor Presidente, nos termos do **art. 134, §1º, da Lei das S.A.**, ficando ratificada a representação para esse ato. **(vi) Autorização:** Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à formalização das deliberações aprovadas. Nada mais. Rio de Janeiro/RJ, 12 de novembro de 2026. JUCERJA nº 00008181713, em 25/11/2026, e Protocolo nº 2026/01262942-9. André Rodrigues Marques de Souza Silva - Secretário Geral.

**GÁS NATURAL AÇU INFRAESTRUTURA S.A.**
CNPJ/MF: 27.982.942/0001-79 - NIRE: 33.3.0032491-7
**Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de outubro de 2026. 1. Data, Hora e Local**: Em 06 de outubro de 2026, às 13:40h, simultaneamente via *Microsoft Teams* e na sede da **Gás Natural Açu Infraestrutura S.A.**, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Russel, nº 804, 5º andar, Glória, CEP: 22.210-010. ("Companhia"). **2. Convocação e Presença**: A convocação foi realizada de acordo com as disposições estabelecidas no Estatuto Social e no Acordo de Acionistas da Companhia, estando presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa**: Presidente: Mauro Lourenço de Andrade; e Secretário: Fernando Cavalcanti Landau. **4. Ordem do Dia:** examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(a)** aprovar a celebração, pela Companhia, do "*Fourth Amendment and Restatement to the Fiduciary Assignment of Shares Agreement*", a ser celebrado entre a Companhia e SPIC Brasil Energia Participações S.A. ("**SPIC Energia**"), na qualidade de Acionistas Atuais, Prumo Logística S.A. ("**Prumo**"), na qualidade de Novo Acionista, Siemens Participações Ltda. ("**Siemens Par**"), na qualidade de Acionista Existente, Banco Citibank S.A. ("**Citibank**"), na qualidade de Agente de Garantias, Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("**Vórtx**"), na qualidade de Agente Fiduciário, e UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("**UTE GNA I**") ("***Amendment to the Fiduciary Assignment of Shares***"), bem como a recomendação ao Conselho de Administração da UTE GNA I para que aprove a celebração, pela UTE GNA I, do *Amendment to the Fiduciary Assignment of Shares*; **(b)** aprovar a celebração, pela Companhia, do "*Third Amendment and Restatement to the Fiduciary Assignment of Rights Agreement and Other Covenants*", a ser celebrado entre a Companhia e SPIC Energia, na qualidade de Cedentes Atuais, Prumo, na qualidade de Novo Cedente, Siemens Par, na qualidade de Cedente Existente, Citibank, na qualidade de Agente de Garantias, Vórtx, na qualidade de Agente Fiduciário, e a UTE GNA I ("***Amendment to the Fiduciary Assignment of Rights - SubLoans***" e, em conjunto com o *Amendment to the Fiduciary Assignment of Shares*, os "***Amendments to the Fiduciary Assignment Agreements***"), bem como a recomendação ao Conselho de Administração da UTE GNA I para que aprove a celebração, pela UTE GNA I, do Amendment to the Fiduciary Assignment of Rights - SubLoans; **(c)** aprovar a celebração, pela Companhia, do "*Joinder Agreement to the Shareholders' Agreement of UTE GNA I Geração de Energia S.A.*", a ser celebrado entre Prumo, na qualidade de Novo Acionista, a Companhia e SPIC Energia, na qualidade de Acionistas Remanescentes, e a UTE GNA I ("***Joinder Agreement***"), bem como a recomendação ao Conselho de Administração da UTE GNA I para que aprove a celebração, pela UTE GNA I, do Joinder Agreement; **(d)** a recomendação ao Conselho de Administração da UTE GNA I para que aprove a celebração, pela UTE GNA I, na qualidade de interveniente-anuente, do "*Omnibus Assignment and Assumption Agreement*", a ser celebrado entre Siemens Par, na qualidade de Cedente, Prumo, na qualidade de Cessionária, e a UTE GNA I ("***Assignment Agreement - SubLoan***"); **(e)** aprovar a celebração, pela Companhia, do "*Waiver No. 22 and Amendment No. 20 under the Common Terms Agreement, Amendment Agreement No. 5 and Waiver No. 2 under the Sponsor Support, Share Retention and Subordination Agreement*", a ser celebrado entre a UTE GNA I, na qualidade de Devedora, a Companhia, Siemens Par, SPIC Energia, Prumo, BP Global Investments Limited, KfW IPEX-Bank GmbH, na qualidade de Parte Financiadora Sênior, Citibank, N.A., na qualidade de Agente de Garantias Offshore, e Citibank, na qualidade de Agente de Garantias Onshore ("**KfW Amendment Consent and Waiver Letter**"), bem como a recomendação ao Conselho de Administração da UTE GNA I para que aprove a celebração, pela UTE GNA I, do KfW Amendment Consent and Waiver Letter; **(f)** a recomendação à Diretoria da Companhia para que, direta ou indiretamente por meio de procuradores, na qualidade de representantes da Companhia, vote favoravelmente, em Assembleia Geral Extraordinária da UTE GNA I ("**AGE da UTE GNA I**"), (i) à consignação do recebimento das cartas de renúncia dos membros efetivos do Conselho de Administração da UTE GNA I, Sra. Lilian Leo Pacheco Lima e Sr. Eduardo Magalhães Oliveira, e (ii) à eleição dos novos membros do Conselho de Administração da UTE GNA I, Sra. Angela Serpa Caldeira e Silva e Sra. Letícia Nabuco Villa-Forte, como membros efetivos, e Sra. Mariana Assunção de Moraes Mansur e Sr. Eduardo Ferreira Kantz, como membros suplentes, nos termos do Estatuto Social da UTE GNA I; e **(g)** a autorização à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as medidas e praticar todos os atos necessários à implementação e ao cumprimento das deliberações tomadas nesta Reunião do Conselho de Administração da Companhia. **5. Deliberações**: Após a discussão, o exame e a revisão da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. Ato contínuo, os membros do Conselho de Administração deliberaram da seguinte forma: (a) aprovar a celebração, pela Companhia, dos *Amendments to the Fiduciary Assignment Agreements*, bem como recomendar ao Conselho de Administração da UTE GNA I que aprove a celebração, pela UTE GNA I, dos *Amendments to the Fiduciary Assignment Agreements*; (b) aprovar a celebração, pela Companhia, do *Joinder Agreement*, bem como recomendar ao Conselho de Administração da UTE GNA I que aprove a celebração, pela UTE GNA I, do *Joinder Agreement*; (c) recomendar ao Conselho de Administração da UTE GNA I que aprove a celebração, pela UTE GNA I, na qualidade de interveniente-anuente, do *Assignment Agreement - SubLoan*; (d) aprovar a celebração, pela Companhia, do *KfW Amendment Consent and Waiver Letter*, bem como recomendar ao Conselho de Administração da UTE GNA I que aprove a celebração, pela UTE GNA I, do *KfW Amendment Consent and Waiver Letter*; (e) recomendar à Diretoria da Companhia que vote favoravelmente, na AGE da UTE GNA I, (i) à consignação do recebimento das cartas de renúncia da Sra. Lilian Leo Pacheco Lima e do Sr. Eduardo Magalhães Oliveira aos cargos de membros efetivos do Conselho de Administração da UTE GNA I; e (ii) à eleição dos novos membros do Conselho de Administração da UTE GNA I, Sra. Angela Serpa Caldeira e Silva e Sra. Letícia Nabuco Villa-Forte, como membros efetivos, e Sra. Mariana Assunção de Moraes Mansur e Sr. Eduardo Ferreira Kantz, como membros suplentes; e (f) autorizar a Diretoria da Companhia a, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as medidas e praticar todos os atos necessários à implementação e ao cumprimento das deliberações tomadas nesta Reunião do Conselho de Administração da Companhia. Os Conselheiros Mauro Lourenço de Andrade, Nicholas John Burridge, Edson Schueler de Carvalho Junior e Pedro Celso Pombo de Oliveira abstiveram-se de votar em razão de conflito de interesses. Registra-se que as manifestações de voto dos Conselheiros Gisele Neves Quiroga e Adriano Carvalhedo Castello Branco Gonçalves foram recebidas pelo Presidente e pelo Secretário e arquivadas na sede da Companhia. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário a lavratura desta ata, que após ter sido lida e aprovada pelos Conselheiros, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente: Mauro Lourenço de Andrade; Secretário: Fernando Cavalcanti Landau; e Conselheiros: Mauro Lourenço de Andrade, Nicholas John Burridge, Edson Schueler de Carvalho Junior, Pedro Celso Pombo de Oliveira, Gisele Neves Quiroga e Adriano Carvalhedo Castello Branco Gonçalves. Rio de Janeiro, 06 de outubro de 2026. *Certifico que o presente documento é cópia fiel da Ata da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 06 de outubro de 2026, lavrada no respectivo livro e devidamente assinada pelos Conselheiros da Companhia.* Fernando Cavalcanti Landau - Secretário. JUCERJA nº 8156618 em 12/11/2026.

Diário do Acionista (21) 99122-4278
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Diário do Acionista (21) 99122-4278
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

**PRIMAVERA:** Sol com muitas nuvens, com chuva no fim da manhã. Tarde e noite chuvosas. Manhã Tarde Noite 26º 18º 95% 05:13 18:40

CARANDIRU

# Justiça reconhece tortura e manda SP pagar sobrevivente

RAYANDERSON GUERRA/AE

Trinta e quatro anos depois do massacre do Carandiru, a Justiça condenou o Estado de São Paulo a pagar R$ 100 mil por danos morais a um homem que esteve no pavilhão 9 da Casa de Detenção em 2 de outubro de 1992. A sentença, de primeira instância, é favorável ao educador e ativista Maurício Monteiro - e é a primeira vez que um sobrevivente é indenizado pelo episódio. A Procuradoria-Geral do Estado informou que não foi intimada da sentença.

A juíza Ana Carolina Gusmão de Souza Costa reconheceu que Monteiro foi submetido a tortura e a tratamento degradante sob custódia estatal. A magistrada concedeu metade do que ele pedia (R$ 200 mil), por entender que não houve lesões incapacitantes nem sequelas físicas permanentes. Segundo a decisão, o autor sofreu agressões, foi ameaçado de morte com arma engatilhada, foi exposto nu e obrigado a ter contato com corpos de companheiros de cela. Ainda cabe recurso.

## PRESCRIÇÃO

A principal tese de defesa do governo estadual foi derrubada pelo Tribunal de Justiça. A ação foi proposta em outubro de 2025, 33 anos depois dos fatos. A Fazenda Pública sustentava que o direito de pedir reparação havia se extinguido. O Decreto 20 910/1932 fixa em cinco anos o prazo para cobrar dívidas do poder público. A juíza rejeitou a preliminar, e o Estado recorreu por meio de agravo de instrumento. Em 11 de agosto, a 1ª Câmara de Direito Público do TJ-SP negou o recurso. O relator, desembargador Marcos Pimentel Tamassia, foi acompanhado por Rubens Rihl e Aliende Ribeiro. Na sessão, a advogada Maria Cecília de Araújo fez sustentação oral pela vítima.

O governo argumentou que a imprescritibilidade reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) na Súmula 647 vale apenas para violações cometidas durante a ditadura militar e deveria ser interpretada de forma restritiva. A súmula trata das ações de reparação por atos de perseguição política no regime militar. O relator discordou. Segundo o voto, os precedentes que deram origem à súmula se apoiam na gravidade da violação à dignidade humana, e não apenas na impossibilidade de as vítimas recorrerem à Justiça durante o regime de exceção.

O acórdão lembra ainda que, em 2023, o STJ voltou a aplicar a imprescritibilidade e tratou o contexto ditatorial como um reforço do argumento, não como condição. Para o relator, mesmo que a tese ficasse restrita à ditadura, o prazo só começaria a correr com a redemocratização, em 1985, o que não se aplica ao caso.

## PRECEDENTES

O TJ-SP também citou decisões anteriores sobre o Carandiru. Em dezembro de 2024, a 5ª Câmara de Direito Público mandou prosseguir a ação de um ex-detento que dizia ter sido submetido à "roleta russa" durante o massacre, cassando a sentença que havia declarado a prescrição.

SUPERFATURAMENTO

# MP avalia pedidos para investigar decoração de Natal

GEOVANNA HORA/AE

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) analisa a representação apresentada pelo vereador Toninho Vespoli (PSOL) sobre possíveis irregularidades na decoração de Natal da cidade de São Paulo. A baixa qualidade do material dos enfeites e o custo elevado rendeu memes, piadas e muitas críticas nas redes sociais nos últimos dias.

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social recebeu a representação no fim da tarde de quarta-feira5, e analisa o caso.

Em publicação nas redes sociais, Vespoli afirmou que a decoração natalina custou R$ 7 milhões e questionou a capacidade técnica e operacional do Instituto Girassol, responsável pelo projeto "Natal Iluminado Paulista 2026", além da transparência do processo e da compatibilidade dos valores com os serviços entregues à população.

O vereador também compartilhou um vídeo no qual mostra algumas decorações natalinas, como imagens de Papai Noel, sinos e anjinhos, instaladas em postes metálicos..

A Prefeitura de São Paulo afirmou, em nota enviada ao Estadão, que "as acusações do parlamentar são infundadas e demonstram má-fé e profundo desconhecimento do assunto". Segundo a gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB), os painéis instalados em postes da Avenida Paulista e mencionados no vídeo do vereador não fazem parte do contrato com o Instituto Girassol para a decoração de Natal da via.

A administração municipal afirmou que os painéis estão sendo instalados por meio da concessão de iluminação pública da cidade, que prevê em contrato a execução de serviços de projetos especiais de iluminação. A prefeitura, no entanto, não especificou o que esses projetos preveem nem por que a concessionária de iluminação pública, a Ilumina SP, instalou enfeites natalinos.

"Além disso, a decoração de Natal em toda a cidade está em processo de montagem, portanto, qualquer avaliação neste momento é precipitada e descabida", afirmou a administração municipal.

A gestão também disse que o "Natal Iluminado Paulista 2026" tem previsão de investimento de R$ 6,1 milhões, e não de R$ 7 milhões, como afirma o parlamentar. Segundo a Prefeitura, o projeto do ano passado custou R$ 7,3 milhões.

A administração municipal acrescentou que a comparação entre os projetos de 2025 e 2026 é inadequada porque, "para cada ano, há uma proposta com escopo específico e incomparável".

Segundo a gestão, o "Natal Iluminado Paulista 2026" terá cerca de 100 ações gratuitas entre oficinas, shows, corais e apresentações de música, dança e teatro, o que não ocorreu no ano passado.

Ainda de acordo com a prefeitura, a escolha do instituto seguiu critérios estritamente técnicos e transparentes. "O chamamento público foi aberto em outubro a todos os interessados e recebeu três propostas. O Instituto Girassol teve a capacidade técnica e a habilitação rigorosamente aprovadas pela comissão responsável", disse.

Nas redes sociais, fotos e vídeos das decorações natalinas instaladas pela cidade viralizaram, acompanhados de comentários depreciativos. Alguns internautas compararam os enfeites a projetos escolares e afirmaram que pareciam ter sido impressos em casa.

A Prefeitura de São Paulo tem pelo menos dois projetos relacionados aos eventos natalinos, com previsão de investimentos que, somados, chegam a R$ 19,7 milhões.

O edital vencido pelo Instituto Girassol previa investimento de até R$ 7 milhões e foi divulgado pela gestão Nunes em outubro. O objetivo era selecionar um projeto para "ocupar a Avenida Paulista e transformar a via em um circuito cultural interativo com decoração de natal, oficinas e estrutura de palco para apresentações".

O texto também previa que o projeto destinasse R$ 2 milhões à realização de ações culturais e apresentações artísticas gratuitas em outras regiões da cidade além da Paulista, especialmente no Centro Histórico.

O Instituto Girassol apresentou o projeto "Natal Iluminado Paulista 2026", com custo estimado de R$ 6.155.486,22. No entanto, sua proposta não contemplava ações no Centro Histórico, o que fez com que zerasse nesse quesito. Ainda assim, a instituição conquistou a maior média e venceu as outras duas concorrentes.

Questionada sobre para quais áreas seriam redirecionados os R$ 2 milhões inicialmente previstos para o Centro Histórico, a Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa (SMC) afirmou que o o projeto contará com mais de 100 ações gratuitas. "Portanto, a exigência no edital de, no mínimo, R$2 milhões para a realização dessas atividades será integralmente cumprida", disse.

No site do Instituto Girassol, na aba "Projetos", o único exemplo exibido é o "Natal Iluminado Paulista 2026". No Instagram, onde tem pouco mais de 300 seguidores, a instituição também não compartilhou outros trabalhos semelhantes. A organização afirma ter um escritório em um prédio de coworking na Avenida Paulista, mas seu CPNJ está vinculado a um endereço no Jabaquara.

O segundo edital foi vencido pelo Instituto Agon, com o projeto "Natal no Centro Histórico de São Paulo", com orçamento de R$ 13 615.683,71.

# Nunes diz que enfeites de Natal em postes da cidade de SP serão trocados

ADRIANA VICTORINO/AE

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), afirmou nesta sexta-feira, que solicitou a substituição dos enfeites de Natal instalados em postes da capital paulista após críticas à decoração nas redes sociais. O prefeito reconheceu que também não gostou das peças e disse ter pedido que fossem utilizados os modelos do ano passado.

"Se houve essa colocação do Papai Noel e do anjinho, que as pessoas não gostaram, eu também não gostei, e a gente faz as coisas tentando acertar", afirmou Nunes. Segundo o prefeito, os enfeites foram escolhidos a partir de um catálogo apresentado pela Ilumina SP, concessionária responsável pela iluminação pública da capital. A empresa ficou de verificar a possibilidade de utilizar as peças do ano passado.

Nunes defendeu a decisão de substituir os enfeites e pediu desculpas pelo eventual incômodo causado pela decoração.

"Realmente não ficou legal e o importante é isso, a gente vê que algo não foi bacana, não fingir que não está acontecendo, vamos corrigir", disse. O prefeito afirmou ainda que as luzes da decoração natalina serão acesas nesta sexta-feira e avaliou que a iluminação deste ano será mais bonita do que a de 2025.

## Nota

### ROMPIMENTO DE CABOS DE FIBRA ÓPTICA CAUSA INSTABILIDADE EM SÃO PAULO

O rompimento de dois cabos de fibra óptica causou a interrupção e a instabilidade de serviços públicos no estado de São Paulo na manhã desta sexta-feira. Entre os serviços afetados estão os portais institucionais do governo do estado, sistemas das áreas de segurança pública, saúde e educação, além das plataformas e serviços do Detran-SP e do Poupatempo.


## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CONSULTA FORMAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CLASSE SÊNIOR E DA CLASSE SUBORDINADA DA 172ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Classe Sênior e da Classe Subordinada da 172ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.234, 4º andar, conjuntos 41, 42, 43 e 44, Jardim Paulistano, CEP 01451-913, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Classe Sênior e da Classe Subordinada da 172ª (Centésima Septuagésima Segunda) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários Cedidos pela Stan G Lara Empreendimento SPE Ltda.*", conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Cláusula 14.13 do Termo de Securitização e parágrafo 5º do artigo 30 da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a manifestarem seu voto, por meio de processo de consulta formal, escrita e eletrônica, sem necessidade de reunião ("Consulta Formal"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem a possibilidade de participação presencial, sobre a Ordem do Dia abaixo. Para os devidos fins, esclarece-se que a presente convocação se refere exclusivamente a processo de **Consulta Formal, não sendo realizada Assembleia Especial de Titulares dos CRI, reunião ou videoconferência**. O Período de Manifestação dos Titulares dos CRI ("Período de Manifestação") terá início em 30 de novembro de 2026, às 10:00 horas (horário de Brasília) e término em 10 de dezembro de 2026, às 18:00 horas (horário de Brasília), observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias previsto no artigo 30, parágrafo 5º, da Resolução CVM 60. A Securitizadora informa que possui os sistemas e controles necessários para a realização da Consulta Formal, nos termos da Cláusula 14.11.1 do Termo de Securitização, sendo os votos recebidos exclusivamente por meio eletrônico, na forma abaixo. As deliberações tomadas no âmbito da Consulta Formal, observados os quóruns, prazos e demais requisitos previstos no Termo de Securitização e na regulamentação aplicável, constituirão deliberações válidas e eficazes da Assembleia Especial de Titulares dos CRI, produzindo os mesmos efeitos jurídicos daquelas tomadas em assembleia realizada de modo presencial ou digital, e, nos termos da Cláusula 14.21 do Termo de Securitização, vincularão a Emissora e obrigarão todos os Titulares dos CRI, independentemente de terem se manifestado na Consulta Formal ou do voto proferido. A Consulta Formal tem por objeto deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Autorização para que a Emissora compareça como interveniente quitante nos instrumentos de financiamento imobiliário, incluindo, por tanto, a Cláusula 5.6 no "*Instrumento Particular de Cessão e Aquisição de Créditos Imobiliários e Outras Avenças*", celebrado em 14 de novembro de 2025, conforme aditado, entre a Stan G Lara Empreendimento SPE Ltda. ("Cedente") e a Emissora ("Contrato de Cessão"); e da Cláusula 9.15 no Termo de Securitização, que irão a vigorar, respectivamente, conforme redação abaixo: Contrato de Cessão: "*5.6. Interveniente Quitante. Sem prejuízo da liberação da Alienação Fiduciária mediante a quitação integral do respectivo Crédito Imobiliário, nos termos do respectivo Instrumento de Aquisição e da Lei n.º 9.514, exclusivamente para os casos de financiamento da aquisição das Unidades pelos respectivos Devedores por meio de instituições financeiras, na hipótese em que a respectiva instituição financiadora não aceite realizar o repasse dos recursos antes da liberação da Alienação Fiduciária sobre a respectiva Unidade, a Cessionária poderá anuir com a liberação, desde que (i) compareça como parte interveniente quitante no instrumento que formalizar o respectivo financiamento; (ii) seja indicada, no respectivo instrumento de financiamento, a Conta do Patrimônio Separado como única conta de destino do repasse; e (iii) o valor a ser repassado não seja inferior ao saldo devedor do respectivo Crédito Imobiliário informado à instituição financeira, sendo que os recursos daí decorrentes deverão ser destinados de acordo com o disposto no Termo de Securitização.*" Termo de Securitização: "*9.15. Interveniente Quitante. Sem prejuízo da liberação da Alienação Fiduciária mediante a quitação integral do respectivo Crédito Imobiliário, nos termos do respectivo Instrumento de Aquisição e da Lei 9.514, exclusivamente para os casos de financiamento da aquisição das Unidades pelos respectivos Devedores por meio de instituições financeiras, na hipótese em que a respectiva instituição financiadora não aceite realizar o repasse dos recursos antes da liberação da Alienação Fiduciária sobre a respectiva Unidade, a Securitizadora poderá anuir com a liberação, desde que observadas as condições previstas na Cláusula 5.6 do Contrato de Cessão, sendo que os recursos daí decorrentes serão depositados na Conta do Patrimônio Separado e destinados conforme a Cascata de Pagamentos.*" Fica consignado que o Agente Fiduciário e a Emissora estão autorizados a praticarem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima, inclusive para efetuar os registros, comunicações e divulgações aplicáveis. Instruções Gerais: A manifestação de voto deverá ser realizada por meio da Instrução de Voto (Anexo I a este edital), disponível nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br), devidamente preenchida, datada e assinada eletronicamente (ou por outro meio igualmente eficaz de identificação do Titular dos CRI), a ser enviada, até o término do Período de Manifestação, para o e-mail agentefiduciario@vortx.com.br e vgi@vortx.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Instrução de Voto – Consulta Formal – CRI Stan 172". Juntamente com a Instrução de Voto, deverão ser enviados os documentos de representação, observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Consulta Formal. Somente poderão votar os Titulares dos CRI detentores dos CRI na data da convocação, seus representantes legais ou procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 31 da Resolução CVM 60. Cada CRI em circulação corresponderá a 1 (um) voto. O Cedente e/ou suas partes relacionadas não poderão participar do processo de deliberação e apuração dos votos, nos termos da Cláusula 14.18 do Termo de Securitização. Cabe a cada Titular dos CRI verificar e declarar, na Instrução de Voto, a existência de eventual conflito de interesses ou impedimento de voto em relação às matérias da Ordem do Dia, ficando impedido de votar enquanto perdurar tal situação. E, caso a Instrução de Voto não contiver tal manifestação, ela não será considerada para cômputo do voto. Caso o Titular dos CRI envie mais de uma Instrução de Voto, prevalecerá a última recebida dentro do Período de Manifestação. Instruções recebidas após o término do Período de Manifestação, sem assinatura ou desacompanhadas dos documentos de representação não serão computadas, e a ausência de manifestação não será considerada voto favorável. Caso o Titular dos CRI assinale mais de uma opção ou deixe de assinalar opção para determinada matéria da Ordem do Dia, sua manifestação será considerada abstenção em relação à respectiva matéria. Na hipótese de prorrogação ou reabertura do Período de Manifestação, ou de realização de nova Consulta Formal sobre as mesmas matérias da Ordem do Dia, as Instruções de Voto validamente recebidas permanecerão válidas e eficazes e serão consideradas na apuração, independentemente de nova manifestação, salvo se expressamente revogadas ou substituídas pelo respectivo Titular dos CRI, desde que não haja alteração do conteúdo das matérias da Ordem do Dia. Caso a totalidade dos Titulares dos CRI em Circulação apresente sua manifestação antes do término do Período de Manifestação, a Consulta Formal poderá ser encerrada antecipadamente pela Securitizadora, procedendo-se à apuração dos votos. As deliberações serão aprovadas por Titulares dos CRI que representem o quórum previsto na Cláusula 14.19 do Termo de Securitização para as matérias da Ordem do Dia, não sendo computados os votos em branco para efeito de quórum de deliberação, nos termos da Cláusula 14.14 do Termo de Securitização. Encerrado o Período de Manifestação, a Securitizadora, com o acompanhamento do Agente Fiduciário, apurará os votos em até 2 (dois) Dias Úteis e divulgará o resultado aos Titulares dos CRI, por meio da página da Securitizadora na rede mundial de computadores, sendo a respectiva ata de apuração encaminhada à CVM por meio do Sistema IPE. Para todos os fins, inclusive para a formalização da respectiva ata. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br), do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como a Instrução de Voto, as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções referentes ao sistema e formato da Consulta Formal. Eventuais esclarecimentos adicionais sobre a presente Consulta Formal poderão ser solicitados à Securitizadora, pelo e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, e ao Agente Fiduciário, pelo e-mail agentefiduciario@vortx.com.br e vgi@vortx.com.br. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 30 de novembro de 2026.

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO** - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização



## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CONSULTA FORMAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 83ª (OCTOGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 83ª (Octogésima Terceira) Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 83ª (Octogésima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização", conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Cláusula 15.8.2 do Termo de Securitização e da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a manifestarem seu voto, por meio de processo de consulta formal, escrita e eletrônica, sem necessidade de reunião ("Consulta Formal"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem a possibilidade de participação presencial, sobre a Ordem do Dia abaixo. Para os devidos fins, esclarece-se que a presente convocação se refere exclusivamente a processo de **Consulta Formal, não sendo realizada Assembleia Especial de Titulares dos CRI, reunião ou videoconferência**. O Período de Manifestação dos Titulares dos CRI ("Período de Manifestação") terá início em 30 de novembro de 2026, às 10:00 horas (horário de Brasília) e término em 09 de dezembro de 2026, às 18:00 horas (horário de Brasília), observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias previsto no artigo 30, parágrafo 5º, da Resolução CVM 60. A Securitizadora informa que possui os sistemas e controles necessários para a realização da Consulta Formal, nos termos da Cláusula 15.8.2 do Termo de Securitização, sendo os votos recebidos exclusivamente por meio eletrônico, na forma abaixo. A Consulta Formal tem por objeto deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a prorrogação da Data Limite do Resgate, definida no item (ii) da Ordem do Dia da Assembleia Especial de Titulares dos CRI realizada em 27 de outubro de 2026 ("AGT de 27/10/2026"), de 30 de novembro de 2026 para 31 de dezembro de 2026, mantida a dispensa da incidência do Prêmio previsto na alínea "d" da Cláusula 5.2 do Termo de Emissão de Notas Comerciais e da Cláusula 8.2 do Termo de Securitização, exclusivamente para o eventual Resgate Antecipado Facultativo a ser realizado até 31 de dezembro de 2026, permanecendo devidos os demais valores ali previstos (alíneas "a", "b" e "c") e inalteradas as demais disposições das referidas cláusulas para qualquer outro Resgate Antecipado Facultativo que venha a ser realizado após a nova Data Limite do Resgate; (ii) Caso aprovado o item (i) da Ordem do Dia acima, aprovar a prorrogação, de 30 de novembro de 2026 para 31 de dezembro de 2026, dos prazos previstos nos itens (iii), (iv), (vi) e (vii) da Ordem do Dia da AGT de 27/10/2026, relativos (a) à constituição, pela Devedora e pela DBG 06 Empreendimentos Imobiliários Ltda., das garantias em favor da OPEA Securitizadora S.A. no âmbito da Operação; e (b) à verificação, pela Securitizadora, do efetivo pagamento do Saldo Devedor Total, mantidas inalteradas todas as demais condições aprovadas na AGT de 27/10/2026, inclusive a posição subsequente e subordinada das novas garantias, a suspensão de sua eficácia até a apresentação do termo de quitação assinado pela Securitizadora e a ausência de configuração de Hipótese de Vencimento Antecipado Automático, de modo que, caso o efetivo pagamento do Saldo Devedor Total não seja verificado pela Securitizadora até 31 de dezembro de 2026, qualquer nova constituição de garantia necessitará de nova aprovação dos Titulares dos CRI. Fica consignado que o Agente Fiduciário e a Emissora estão autorizados a praticarem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A manifestação de voto deverá ser realizada por meio da Instrução de Voto (Anexo I a este edital), disponível nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br), devidamente preenchida, datada e assinada eletronicamente (ou por outro meio igualmente eficaz de identificação do Titular dos CRI), a ser enviada, até o término do Período de Manifestação, para o e-mail agente fiduciário agentefiduciario@vortx.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Instrução de Voto – Consulta Formal – CRI Indepy 83". Juntamente com a Instrução de Voto, deverão ser enviados os documentos de representação, observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Consulta Formal. Somente poderão votar os Titulares dos CRI detentores dos CRI na data da convocação, seus representantes legais ou procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 31 da Resolução CVM 60. Cada CRI em circulação corresponderá a 1 (um) voto. A Devedora e/ou suas partes relacionadas não poderão participar do processo de deliberação e apuração dos votos. Caso o Titular dos CRI envie mais de uma Instrução de Voto, prevalecerá a última recebida dentro do Período de Manifestação. Instruções recebidas após o término do Período de Manifestação, sem assinatura ou desacompanhadas dos documentos de representação não serão computadas, e a ausência de manifestação não será considerada voto favorável. As deliberações serão aprovadas por Titulares dos CRI que representem o quórum previsto no Termo de Securitização para as matérias da Ordem do Dia. Encerrado o Período de Manifestação, a Securitizadora, com o acompanhamento do Agente Fiduciário, apurará os votos e divulgará o resultado aos Titulares dos CRI, por meio da página da Securitizadora na rede mundial de computadores, sendo a respectiva ata de apuração encaminhada à CVM por meio do Sistema IPE. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br), do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como a Instrução de Voto, as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções referentes ao sistema e formato da Consulta Formal. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 27 de novembro de 2026.

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO** - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização



## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) e 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 36ª (TRIGÉSIMA SEXTA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 36ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do *Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Da 1ª (Primeira) E 2ª (Segunda) Séries Da 36ª Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Direitos Creditórios Pulverizados* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de dezembro de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de waiver prévio, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, em razão do possível descumprimento dos Índices Financeiros referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026 previsto na Cláusula 8.1.2, alínea "xxvii", do Termo de Emissão (conforme definido nos Documentos da Operação), e, consequentemente, na Cláusula 7.3.1 do Termo de Securitização, permanecendo inalteradas as obrigações e apurações relativas aos exercícios sociais subsequentes ("*Waiver*"). Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail agentefiduciario@vortx.com.br e gtm@vortx.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI SOCICAM 36", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Para o caso de envio de procuração acompanhada de Instrução de Voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Ao optar pela Instrução de Voto, o Titular de CRI reconhece que as deliberações da assembleia podem implicar riscos não mensuráveis aos CRI e declara que realizará análise própria desses riscos, independentemente das eventuais indicações fornecidas pelo Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 27 de novembro de 2026. **Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna** - Diretor de Securitização

Manhã Tarde Noite 29º 20º 85% 05:00 18:21

**PRIMAVERA:** Sol com poucas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite.

CAPITÃO LÉO

# Polícia Civil prende líder de milícia no Rio de Janeiro

A Polícia Civil do Estado Rio de Janeiro prendeu, nesta sexta-feira, Leonardo Magalhães Gomes da Silva, conhecido como Capitão Léo. De acordo com as investigações, ele é apontado como uma das lideranças da milícia que atua na região do Pombo Sem Asa, em Vargem Grande e teria participação em diversos homicídios cometidos no contexto de disputas pelo domínio territorial de comunidades.

A prisão ocorreu no âmbito de operação contra envolvidos em assassinatos relacionados às guerras entre grupos criminosos pelo controle territorial na Zona Sudoeste do Rio, realizada pela Delegacia de Homicídios da Capital (DHC).

Segundo a polícia, Silva foi preso em um endereço no Recreio dos Bandeirantes, com o apoio da Corregedoria-Geral da Polícia Militar. Outro homem, foragido por roubo, foi capturado.

### MILÍCIA E TRÁFICO

A Polícia Civil informou ainda que os elementos reunidos pela DHC indicam que ele estabeleceu alianças com integrantes do Terceiro Comando Puro (TCP) e, mais recentemente, do Comando Vermelho (CV), em articulações relacionadas à transferência do controle de territórios e das fontes de renda ilegal exploradas nesses locais.

A apuração revelou que a disputa pelo domínio da comunidade Pombo Sem Asa se insere em um movimento mais amplo de expansão territorial do Comando Vermelho.

"As articulações estão relacionadas à intenção da facção de ampliar sua presença em outras regiões da Zona Oeste, especialmente Campo Grande e Guaratiba, onde já foram registradas ações criminosas nesse contexto", diz nota da polícia.

Na investigação, foram constatados episódios de captura, tortura e execução de integrantes de grupos adversários, além de práticas de extorsão e intimidação contra moradores, comerciantes e prestadores de serviços. Também foram identificados ataques com armamentos de grande poder ofensivo e granadas lançadas por drones.

"Nesse cenário, os homicídios investigados não são tratados como episódios isolados, mas como parte de uma estratégia de eliminação de adversários e consolidação do controle local. O objetivo é garantir a exploração econômica de atividades ilícitas e impor o domínio das organizações sobre comunidades inteiras", dia a nota.

A polícia segue com as investigações para a elucidação dos crimes e a responsabilização de seus executores, mandantes e demais participantes.

DOENÇA

# Aumento de casos de Covid pode estar relacionado a nova variante

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

Os casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) por Covid-19 continuam aumentando no país, com índice baixo de incidência.

Segundo informações do Boletim Infogripe, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o aumento de casos pode estar relacionado à circulação de uma nova variante do vírus, potencialmente mais transmissível, e à redução da imunidade da população.

A alta de casos de Covid-19 é registrada nos estados da região Centro-Sul (Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), e no Distrito Federal (DF) e na Bahia (região Nordeste).

Segundo a Fiocruz, em Mato Grosso (Centro-Oeste), os casos graves por Covid-19 mostram sinal de oscilação, enquanto os estados do Pará (Norte) e do Rio de Janeiro (Sudeste) apresentam incidência de SRAG em nível de alerta, assim como as capitais Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC).

O Boletim Infogripe também aponta que duas capitais apresentam incidência de SRAG em níveis de alerta, risco ou alto risco, porém sem sinal de crescimento na tendência de longo prazo: Brasília (DF) e Cuiabá (MT). A análise reflete dados monitorados no período de 15 a 21 de novembro.

No Rio de Janeiro os casos de SRAG também são causados por metapneumovírus, influenza A e influenza B. No Pará, o crescimento de SRAG ocorre especialmente em crianças e adolescentes de até 14 anos, mas ainda não é possível afirmar quais são os vírus envolvidos.

### NOVA VARIANTE

A nova variante PJ.2.1, que é monitorada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desde o último dia 19, é potencialmente mais transmissível. Além disso, com a cobertura mais baixa em reforços vacinais recentes, ocorre uma redução da imunidade da população.

Outros estados, como Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e DF, também identificaram circulação desta variante.

Segundo a Fiocruz, dados preliminares não identificaram, até o momento, evidências de redução da proteção conferida pelas vacinas contra a variante PJ.2.1.

"Portanto, as vacinas disponíveis continuam sendo a principal forma de proteção contra as formas graves da doença", informou por meio da Agência Fiocruz a pesquisadora do Boletim Infogripe, Tatiana Portella.

UFF

# Em encontro com Lula, estudantes destacam programas de acesso a ensino

ANA CRISTINA CAMPOS/AE

O estudante de direito da Universidade Federal Fluminense (UFF) João Paulo Pimenta Armando destacou nesta sexta-feira a importância dos programas educacionais do governo federal para o acesso ao ensino superior.

Durante encontro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com alunos da UFF e movimentos jovens, o estudante ressaltou que sua geração é filha da Lei de Cotas.

"Somos os filhos do Prouni, do Fies, e a gente não vai em nenhum momento abrir mão dos nossos direitos. A gente está aqui com o senhor para não permitir que ninguém te tire dessa cadeira. Ninguém, nem o mercado, nem os reacionários, nem força internacional."

Ele acrescentou que ficou muito feliz de fazer parte da virada histórica que elegeu Lula no segundo turno das eleições.

Os estudantes de direito da UFF promoveram o primeiro ato em apoio a Lula e à democracia na noite de segunda-feira (5), um dia após o primeiro turno. A partir de então, as ações de estudantes, trabalhadores, artistas em apoio a Lula tomaram conta do país.

Thaíse Maciel, que também estuda direito na UFF, destacou a vitória de Lula não só como histórica, mas também como marcante para a juventude niteroiense, porque a eleição deixou de ser uma disputa de projeto e virou uma disputa pelo futuro do país.

"E a juventude via, no senhor presidente, o futuro que a gente almeja para o nosso país. O resultado da eleição diz muito sobre a pluralidade que o Brasil tem. Nos unimos, deixamos de lado nossas diferenças, para a gente ter o futuro que a gente quer."

### PÚBLICO

Na plateia do Caminho Niemeyer, onde ocorreu o encontro, a estudante do sétimo ano do ensino fundamental Paola de Santos Souza, de 16 anos, e sua amiga Júlia Ferreira da Cruz de Paula, de 18 anos, do terceiro ano do ensino médio, ambas de escola pública, exibiam suas medalhas esportivas.

Elas fazem parte do programa Bolsa Atleta do governo federal e participam de atividades esportivas no Parque Esportivo e Social do Caramujo, que fica em uma comunidade de Niterói.

As amigas dizem ser gratas pelo benefício social e participaram das passeatas em favor do presidente no segundo turno.

"Minha vida está melhor e quero ser atleta profissional", disse Paola.

VIVENDO MELHOR

# Expectativa de vida das mulheres no Brasil supera os 80 anos

VITOR ABDALA/ABRASIL

A expectativa de vida ao nascer para as mulheres brasileiras atingiu 80,1 anos em 2025. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve um aumento de pouco mais de dois meses em relação à estimativa feita no ano anterior (79,9 anos).

Entre os homens, a expectativa de vida ao nascer subiu para 73,5 anos, acima dos 73,3 anos do ano anterior, ou seja, quase três meses. A diferença entre os dois sexos se manteve em 6,6 anos.

Na média, a esperança de vida de um brasileiro ao nascer passou de 76,6 anos, para 76,9 anos, pouco mais de três meses.

Segundo o IBGE, o aumento da expectativa de vida mostra que, depois da pandemia de covid-19, o país retomou sua trajetória histórica de ganhos na sobrevivência da população, com avanços na saúde e no saneamento.

De 1940 para 2025, os brasileiros passaram a viver, em média, 31,4 anos a mais. Há 85 anos, a esperança de vida ao nascer era de 45,5 anos. Entre os indicadores responsáveis por esse crescimento da expectativa de vida, destaca-se a redução, em 91,8%, da mortalidade infantil no período.

O IBGE também aponta a redução das mortes relacionadas a doenças infecciosas, nas condições sanitárias e de saúde pública, por meio da incorporação dos avanços da medicina, particularmente os antibióticos recém-descobertos depois da Segunda Guerra Mundial.

Ainda há desafios, como a mortalidade de homens jovens pela violência, como homicídios e acidentes de trânsito. De acordo com o IBGE, no grupo de 20 a 24 anos, um homem apresentou 4,1 vezes mais chance de morrer antes de completar 25 anos do que uma mulher da mesma idade.

## Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

# Tempo do Advento

O Advento é o ponto de partida e o ponto de chegada de um círculo da espiral dos anos que vivemos, caminhando ao encontro do Cristo que um dia há de se manifestar na glória. É o ponto de partida e de chegada de cada Ano Litúrgico.Advento significa vinda, chegada. Revivendo a longa espera do povo de Israel pelo Messias, a Igreja se prepara para o encontro com Cristo no mistério do culto, recordando seu nascimento histórico. Este encontro de Cristo no mistério do Natal, por sua vez, constitui um degrau para o grande encontro com o Cristo na glória.

O Advento apresenta sempre a tríplice vinda de Cristo: Cristo veio, Cristo vem, Cristo virá. Esta realidade é celebrada e vivida no Advento. Cristo veio; mas ele também vem agora para os cristãos, para todos os homens. Celebrando a vinda histórica de Cristo, realiza-se sua vinda atual no mistério do culto, realizando-se assim mais uma etapa na preparação da vinda última de Cristo.Após o Concílio Ecumênico Vaticano II, o Advento foi concebido assim que os dois primeiros domingos são como que o fecho de todo o Ano Litúrgico, evocando a última vinda do Senhor em sua glória e os dois domingos que precedem o Natal preparam a celebração da vinda histórica de Cristo, de tal maneira que a vinda histórica, no Natal, se torne realmente a vinda atual no mistério de sua festa, nos Sacramentos e na vida de caridade dos cristãos. Esta vinda de Cristo no Natal, por sua vez, é um passo na caminhada para Deus, um degrau na escada que leve ao Senhor.

Três são as figuras que guiam e acompanham os cristãos nesta preparação para a vinda do Senhor: o povo de Deus do Antigo Testamento encarnado em Isaías, o Profeta Precursor, João Batista, que mostrou o Messias presente entre os homens e preparou o seu caminho, e Maria, Nossa Senhora do Ó, Nossa Senhora da Expectação.

Esta espiritualidade do Advento vem maravilhosamente expressa nos dois prefácios do Advento. No primeiro, a Igreja contempla as duas vindas de Cristo: "revestido da nossa fragilidade, ele veio a primeira vez para realizar seu eterno plano de amor e abrir-nos o caminho da salvação. Revestido da sua glória, ele virá uma segunda vez, para conceder-nos em plenitude os bens outrora prometidos e que hoje vigilantes esperamos. No segundo, a Igreja contempla a dupla espera de Cristo: "Foi ele que os profetas predisseram, a Virgem esperou com amor de mãe, João anunciou estar próximo e mostrou presente entre os homens. É ele que nos dá a alegria, de nos preparamos desde agora para o mistério do seu Natal, a fim de encontrar-nos em oração e celebrando os seus louvores.

O Advento, ao revelar-nos as verdadeiras, profundas e misteriosas dimensões da vinda de Deus, traz uma essencial conotação missionária. O tempo da Igreja é um momento da atuação deste único evento e tem como característica o anúncio do Reino e o seu interiorizar-se no coração dos homens até a manifestação gloriosa de Cristo.

A edificação do Corpo de Cristo realiza-se com a chegada de todos os membros deste corpo à única fé e ao único conhecimento do Filho de Deus. Alcançadas essas dimensões, realiza-se a construção da Igreja (Cf. Ef 4,13). Isso acontece definitivamente, a fim de que, nela e por meio dela, a totalidade do universo cresça para o Cristo (Cf. Ef 4,15).

O Advento de Cristo na Igreja e por meio da Igreja atua-se mediante a missão (Cf. Ef 4, 11-12). Esta missão está fundada no mistério da participação e continuação da missão do Filho, que foi enviado pelo Pai, e na missão do Espírito, enviado pelo Pai e pelo (ou através do) Filho.

O Advento é também, por sua própria natureza, o tempo do aprofundamento do significado autêntico da missão. A Igreja, "Sacramento Universal de Salvação" (LG 28), não vive para si, mas para o mundo. Cada cristão, embora com motivações diferentes, participa dessa missão. O anseio missionário é componente essencial da vida cristã, enquanto está inserida no mistério do Advento, considerado em toda a amplidão e profundidade do seu significado. Sob esta luz, a figura do Batista, que prepara o caminho do Senhor, e de Maria, que leva Cristo para santificar João em sua visita a Isabel, deixam entrever maneiras concretas do empenho missionário.

A expectativa vigilante é acompanhada sempre pelo convite à alegria. O Advento é tempo de expectativa alegre porque aquilo que se espera certamente acontecerá. A esperança da Igreja é a mesma esperança de Israel, mas já realizada em Cristo. O olhar da comunidade, então fixa-se com esperança mais segura no cumprimento final, a vinda gloriosa do Senhor: "Maranata: vem, Senhor Jesus". Assim, a Igreja nos convida a vivermos o mistério da vinda do Senhor num tempo forte durante o ano, para que toda a nossa vida seja preparação para a vinda de Cristo. Para que o Senhor, ao chegar, a cada hora, a cada dia, a cada ano, nos encontre preparados para acolhê-lo.

EM BOAS MÃOS

# Padilha será mantido à frente da Saúde no 4º mandato de Lula

VERA ROSA/AE

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, será mantido no cargo no quarto mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Filiado ao PT, Padilha assumiu a pasta em março do ano passado, substituindo Nísia Trindade, eleita agora deputada federal.

Homem da confiança de Lula, o ministro comandava antes a Secretaria de Relações Institucionais (SRI), que faz a articulação política do Palácio do Planalto com o Congresso. Em 2024, ele chegou a ser chamado de "desafeto" e "incompetente" pelo então presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), hoje senador eleito.

Deputado federal licenciado, Padilha integrou a Juventude do PT, no fim dos anos 80. Ele também já havia sido ministro da Saúde no governo Dilma Rousseff e chefe da SRI, de 2009 a 2010, no segundo mandato de Lula. Quando Fernando Haddad era prefeito de São Paulo, Padilha foi secretário de Relações Governamentais e, depois, da Saúde.

No Ministério da Educação (MEC), Lula avalia a possibilidade manter Leonardo Barchini, apesar da pressão do PT pela pasta, que, a exemplo da Saúde, tem um orçamento bilionário.

Barchini era secretário executivo de Camilo Santana - extitular da Educação -, escolhido agora por Lula para comandar a Casa Civil. Ele também foi chefe de gabinete quando Fernando Haddad era ministro da Educação.

FORAGIDO

# Dino suspende emendas parlamentares de Flávio

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

GUSTAVO MORENO/STF



O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino (**foto**) suspendeu a execução de emendas parlamentares apresentadas pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027. São 14 emendas, totalizando R$ 79,3 milhões.

"A fim de resguardar a higidez do devido processo orçamentário e evitar a consumação de dano de difícil ou impossível reparação, determino, por cautela, a imediata suspensão da tramitação das emendas parlamentares individuais de autoria do Exmo. Senador Flávio Bolsonaro."

O ministro atendeu ao pedido do deputado Santana Braga (PT-SP), uma vez que o senador fugiu do país, logo após outro ministro do STF, Alexandre de Moraes, pedir a retenção de seu passaporte.

Flávio Bolsonaro chegou a Miami, nos Estados Unidos, três dias após ser derrotado no segundo turno das eleições presidenciais. Moraes havia determinado a entrega dos passaportes de Flávio no âmbito de um inquérito em que o senador é investigado por lavagem de dinheiro, juntamente com o advogado Willer Tomaz, seu amigo. Ambos negam qualquer irregularidade.

Atualmente, o senador mora nos Estados Unidos com a família, e vota remotamente nas sessões plenárias do Senado Federal.

Dino abriu espaço para manifestação do senador e pediu que o Senado explique se houve autorização de viagem para Bolsonaro ou se ele se encontra em missão oficial no exterior.

A decisão do ministro é em caráter liminar. Uma decisão final será tomada após o posicionamento de Flávio e do Senado. A questão pode ainda ser submetida ao Plenário do Supremo.

### EDUARDO E RAMAGEM

Dino comparou a situação do senador ao caso de Eduardo Bolsonaro, irmão de Flávio, e de Alexandre Ramagem. Ambos eram deputados federais quando fugiram para os Estados Unidos e tentaram exercer seus mandatos mesmo residindo fora do Brasil.

Naquela ocasião, o plenário do STF entendeu não ser legítimo o exercício de função parlamentar brasileira com sede em outro país. A Câmara cassou o mandato dos dois parlamentares. "O mandato parlamentar não se compadece com o regime de teletrabalho integral transnacional", decidiu a Corte na ocasião.

"É de clareza solar que uma emenda parlamentar de autoria de um deputado permanentemente sediado em outro país é revestida de evidente e insanável impedimento de ordem técnica, por afronta aos princípios da legalidade e da moralidade."

PARAÍBA

# PF faz operação para investigar fraude em concurso público

LÓREN SOUZA/AE

A Polícia Federal (PF) deu início, nesta sexta-feira, à Operação Abstenção para apurar possível fraude em concurso público para o Ministério Público da União.

As provas ocorreram em 4 de maio de 2025 e foram organizadas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A ação teve como objetivo a obtenção de documentos originais do concurso para identificar quem realizou a prova e apontar falhas ou a participação de terceiros na fiscalização.

Segundo a PF, a investigação foi iniciada após uma candidata declarar que não estava presente no dia da prova, em João Pessoa (PB), mas que um cartão de resposta e uma prova discursiva em seu nome foram localizados com assinatura de outra pessoa.

Até o momento, não há conclusões sobre a responsabilidade de pessoas ou de instituições e as apurações estão em andamento. Os crimes investigados são de falsidade ideológica e falsa identidade.

TRAMA GOLPISTA

# Moraes autoriza novo local de cumprimento de pena de Mauro Cid

GIOVANNA MASSARO/AE

ABRASIL



O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes (**foto**) autorizou a transferência da prisão domiciliar do ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, Mauro Cid, de Brasília para Niterói, no Rio de Janeiro. A decisão, protocolada no processo nesta sexta-feira, atende a um pedido da defesa feito na semana passada. Ele foi condenado por participação na trama golpista.

Na decisão, o ministro afirmou que a defesa de Cid justificou a necessidade de mudança, por razões familiares e financeiras, e que apontou um local específico para o cumprimento da pena. Em Niterói, o ex-ajudante de ordens deve ficar na casa de seu pai, general da reserva Mauro Lourena Cid.

Segundo o ministro, a indicação exata do novo endereço "afasta a possibilidade de prejuízo ao cumprimento da pena, mostrando-se proporcional e razoável a concessão da alteração requerida, condicionada à manutenção dos termos da execução pena".

A Procuradoria-Geral da República (PGR) já havia se manifestado a favor do deferimento do pedido "desde que rigorosamente preservadas as condições da execução da pena impostas pelo Supremo Tribunal Federal".

O ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro não pode sair, de acordo com a condenação, da Comarca e do recolhimento domiciliar no período noturno, entre 20h e 6h, de segunda a sexta-feira, e integralmente nos finais de semana.

A defesa de Mauro Cid afirma que a continuação da pena em Brasília "perdeu o sentido" e se tornou cara, já que a sua família reside no Rio de Janeiro. "O cumprimento da pena naquele Estado se tornou uma questão absolutamente indispensável", alega

Mauro Cid foi condenado a dois anos de reclusão, com regime inicial aberto, após delação premiada sobre a tentativa de golpe de estado. Até o momento, o ex-funcionário do ex-presidente já cumpriu um ano e dois meses de pena, se somado o período relativo à prisão preventiva, conforme descrito por Moraes.

MAIS 60 DIAS

# Fachin prorroga investigação da PF sobre filme Dark Horse

FELIPE PONTES/ABRASIL

MARCELO CAMARGO /ABRASIL



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin (**foto**), concedeu mais 60 dias de prazo à Polícia Federal (PF) para que conclua a investigação sobre a produção do filme Dark Horse, cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A prorrogação foi assinada na quinta-feira passada e atende a pedido dos investigadores da PF, com parecer favorável da Procuradoria-Geral da República (PGR). Os responsáveis pela investigação alegaram precisar de mais tempo para cumprir providências pendentes.

O inquérito prorrogado por Fachin faz parte do contexto da Operação Compliance Zero, que apura a corrupção de agentes públicos e fraudes financeiras bilionárias supostamente praticadas pelo ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do antigo Banco Master.

A PF suspeita do envolvimento do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho de Jair Bolsonaro e candidato derrotado à Presidência nas eleições de outubro, no recebimento de recursos de Vorcaro com a justificativa de financiar a produção de Dark Horse.

Os investigadores apuram crimes como lavagem de dinheiro, evasão de divisas e corrupção envolvendo Flávio. Mensagens e áudios do senador pedindo dinheiro a Vorcaro para o filme foram divulgadas em maio deste ano. O senador reconheceu ter solicitado a Vorcaro o financiamento ao filme, mas negou que houvesse irregularidades no ato, afirmando se tratarem de negócios privados.

A PF investiga a origem e o destino de milhões de reais transferidos por Vorcaro para financiar o filme.

### RELEMBRE O CASO

Essa investigação sobre Dark Horse tramitava no STF sob relatoria do ministro André Mendonça, mas Fachin determinou a remessa de todo o caso Master para seu gabinete, após polêmicas envolvendo a menção a diferentes ministros do Supremo em mensagens extraídas do celular de Vorcaro.

O filme é alvo ainda de um outro inquérito no STF, sob relatoria do ministro Flávio Dino, que apura o desvio de emendas parlamentares que seriam destinadas para custear programas sociais, sob responsabilidade da produtora Go Up Entertainment, mas que teriam sido utilizados para financiar a cinebiografia de Bolsonaro.

Fachin também autorizou a prorrogação por 60 dias de uma investigação que tem como alvo supostas ligações entre o senador Jacques Wagner (PT-BA) e Vorcaro em negócios na Bahia. O político petista nega envolvimento em crimes.

Uma vez findos os prazos autorizados por Fachin, a PF deverá enviar ao STF relatórios com os detalhes das investigações.

SÃO LEOPOLDO

# Sessão em Câmara do RS termina em pancadaria: 'parecia roda punk'

ANA MAGALHÃES/AE

Uma sessão da Câmara Municipal de São Leopoldo, na região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, foi interrompida na noite da última quinta-feira, após um protesto de servidores públicos e representantes sindicais terminar em pancadaria generalizada durante a votação de dois projetos. Segundo a Casa, cabos e equipamentos foram danificados durante a confusão.

Servidores participavam de protesto para barrar as propostas ligadas à Reforma da Previdência Municipal. Manifestantes ultrapassaram a barreira que separava o público dos vereadores e, em meio a gritos e empurrões, chegaram à mesa dos parlamentares.

A sessão ordinária foi transmitida ao vivo e imagens do tumulto circularam nas redes sociais, com comentários comparando a briga às rodas formadas em shows de punk rock, metal, hardcore, entre outros ritmos, conhecidas como mosh. "Parecia roda punk", escreveu um usuário.

Em nota, a Casa afirmou que encerrou a sessão por motivo de segurança diante das ocorrências registradas durante os trabalhos legislativos. Ninguém foi preso.

"A Câmara de Vereadores está apurando os possíveis danos causados ao patrimônio público e ao regular exercício das suas atividades", escreveu.

A pauta com as propostas será apreciada em nova reunião. Segundo a Câmara, a data será definida e divulgada depois aos vereadores e demais interessados.

### PROPOSTA

A manifestação foi acompanhada pela Brigada Militar, equipes da Força Tática, Polícia Civil e Guarda Civil Municipal (GCM).

Os projetos que seriam votados estão ligados às mudanças nas regras da Previdência dos servidores municipais de São Leopoldo

O Projeto de Lei Complementar nº 291/2026 revisa as normas de aposentadorias, pensões por morte, benefícios por incapacidade e abono de permanência. A proposta também cria regras de transição, preserva direitos adquiridos e prevê critérios específicos para professores, pessoas com deficiência e trabalhadores expostos a riscos à saúde.

Já a emenda nº 447/2026, do PDT, propõe manter em 60 anos a idade mínima para a aposentadoria voluntária das servidoras, em vez dos 62 anos previstos na proposta da prefeitura. Para os homens, permanece a exigência de 65 anos.

CÂMARA

# Bancada do PT reafirma apoio a Lula, mas faz reivindicações

POR GABRIEL MÁXIMO E VICTOR OHANA

A bancada do PT na Câmara dos Deputados divulgou nota nesta sexta-feira, em que defende a exclusão dos investimentos públicos dos limites do arcabouço fiscal, a redução das taxas de juros e a ampliação da tributação sobre os considerados "super-ricos". O comunicado foi elaborado após seminário da bancada sobre economia, realizado na quinta-feira passada, em Brasília.

No texto, os deputados reafirmam o apoio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas criticam a pressão do mercado sobre o governo petista.

"A imensa pressão para circunscrever o governo e as instituições do Estado aos interesses do mercado financeiro e do rentismo, numa perspectiva neoliberal, não terá nenhuma tolerância de nossa bancada. O debate não pode ser interditado, e nossa voz se soma à dos milhões de brasileiros e brasileiras que votaram em Lula Presidente e nas nossas candidaturas para gritar por duas medidas fundamentais na área econômica, de igual prioridade", diz a nota.

Para os petistas, diante de um cenário de desaceleração econômica, o próximo governo Lula precisa aumentar os investimentos públicos capazes de alavancar aportes da iniciativa privada no médio e longo prazos, para reindustrializar o País. Os parlamentares também defendem que esses investimentos não fiquem submetidos às regras do arcabouço fiscal.

"Um elemento necessário nesse momento é a exclusão dos investimentos públicos dos limites do arcabouço fiscal, com impacto imediato no apoio à infraestrutura de transportes, mobilidade urbana, energia, saneamento, conectividade digital, habitação, pesquisa científica e inovação tecnológica. São estas áreas que ampliam a capacidade produtiva do país e a competitividade da produção nacional. Isso, por sua vez, contribui decisivamente para o crescimento da economia e, com ele, o aumento da arrecadação futura", afirma a bancada.

Os petistas também classificam como inegociáveis "ataques aos mínimos constitucionais da saúde e educação" e se comprometem a apoiar o fim dos supersalários em todos os Poderes e de dispositivos da previdência dos militares, classificados pelos parlamentares como privilégios.

Por fim, a bancada também defende a aprovação de projetos voltados à tributação dos superricos e diz que "qualquer ajuste de contas públicas não pode recair sobre os mais pobres, a classe trabalhadora e as camadas médias do país".

## JUROS

A segunda medida considerada prioritária pela bancada petista é a redução das taxas de juros. Na nota, os parlamentares acusam o Banco Central de atuar em função dos interesses do mercado financeiro e criticam as regras que embasam a condução da política monetária.

"Igualmente urgente e prioritária é a necessidade imperiosa de barrar os juros abusivos e criminosos hoje praticados no país, promovidos por um Banco Central capturado pelos interesses do mercado e imobilizado por regras anacrônicas e decisões macroeconômicas dissociadas das decisões emanadas da democracia brasileira. Hoje o Banco Central está totalmente rendido aos objetivos de uma parcela muito restrita de superricos e rentistas que se beneficiam dos juros escorchantes vigentes", diz o texto.

Os deputados argumentam que as altas taxas de juros alimentam o endividamento das famílias, das empresas e do Estado. "Não há corte de gastos que seja suficiente para que os privilegiados aceitem baixar os juros", afirmam.

"Os juros precisam baixar já, de forma gradual mas permanente, para abrir um novo momento das finanças públicas e da relação dívida/PIB, para aliviar a atividade produtiva das empresas, para permitir melhor qualidade de vida das pessoas e das famílias", sustenta a bancada.

Por fim, os petistas afirmam estar disponíveis para discutir soluções estruturais ainda nos meses de dezembro e janeiro, antes do início da próxima legislatura, em fevereiro.

"O Presidente Lula pode continuar contando com essa combativa bancada para fazer avançar seu programa de governo, unindo responsabilidade fiscal e responsabilidade social, crescimento econômico e bem-estar social, combate à inflação e desenvolvimento", conclui a nota.

REGULAÇÃO

# Governo avalia que novo tarifaço dos EUA visa proteger big techs

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O governo brasileiro avalia que a proposta de nova tarifa dos Estados Unidos (EUA) de 10% sobre a importação de aviões prontos e açúcar pretende, entre outros objetivos, desencorajar o Brasil de regular as big techs, além de pressionar por um acordo sobre minerais críticos que ajude Washington a enfrentar a concorrência da China.

Apesar da política de tarifas de Donald Trump atingir o mundo todo, haveria questões diretamente relacionadas ao Brasil que motivaram a última proposta de tarifaço, como a defesa do governo Luiz Inácio Lula da Silva de regular as plataformas digitais.

Na Câmara dos Deputados, há a expectativa de se votar ainda neste ano o projeto de lei (PL) 4.675 de 2025, conhecido como PL dos Mercados Digitais. O Ministério da Fazenda estima que o projeto pode reduzir até R$ 50,6 bilhões em custos, por ano, das empresas brasileiras.

Apresentado pelo governo federal, o texto regula a concorrência sobre preços e taxas cobradas por empresas de tecnologia como Google, Meta, Amazon e Microsoft, todas dos EUA. Como essas big techs são uma das principais bases do apoio político do governo Trump, a Casa Branca seria sensível às demandas das gigantes da tecnologia.

Na avaliação do governo brasileiro, as big techs não querem que nenhum país sirva de exemplo de regulação das plataformas e pressionam Trump para agir contra nações que buscam criar regras para o setor.

Ao assumir o poder em janeiro de 2025, o dono da Meta, Mark Zuckerberg, que controla o Facebook, Whatsapp e Instagram, foi às redes dizer que se aliaria à Trump para pressionar governos que supostamente perseguem "empresas americanas".

## MINERAIS CRÍTICOS

A corrida comercial e tecnológica entre EUA e China também estaria por trás da nova ofensiva tarifária de Washington contra o Brasil. As terras raras são consideradas fundamentais para áreas como tecnologia, defesa e transição energética.

O governo brasileiro avalia que Washington usa a tarifa como arma de pressão para chegar a um acordo sobre terras raras com o Brasil de uma maneira que dificulte a vida da China.

Com cerca de 11 milhões de toneladas, a reserva brasileira de terras raras é a segunda maior já mapeada no mundo, o equivalente a 14% do total.

O Brasil fica atrás apenas da China, que detém aproximadamente 44 milhões de toneladas (58%). Os EUA detêm apenas cerca de 2,5% desses minerais. Os dados são do Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS) e da Agência Nacional de Mineração (ANM) do Brasil.

FRAUDES

# Lula garante benefícios em novo governo, mas defende revisão

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, nesta sexta-feira, uma revisão nos programas sociais do governo federal, porque, segundo ele, pessoas estão recebendo benefícios sem ter direito.

"Não haverá hipótese de cortar qualquer benefício do povo pobre e da educação. Agora, teremos que fazer alguns ajustes, porque não pode receber benefício quem não tem direito."

Segundo o presidente, existe uma cidade do país com mais pescadores declarados do que habitantes.

"Não é possível permitir as pessoas que não têm direito recebendo, e as pessoas que têm direito não recebem. Isso não é correto."

Lula discursou para estudantes em Niterói (RJ) e falou brevemente sobre economia. Defendeu investimento em industrialização para fazer o país crescer e afirmou que o governo deverá ter mais controle sobre os gastos públicos. "O Brasil precisa crescer. E para crescer, não podemos gastar dinheiro à toa, temos que gastar o dinheiro certo."

Em seu discurso, ele também garantiu investimento em educação, inclusive em escolas de tempo integral. "A educação continuará intacta".

COMPLIANCE ZERO

# Fachin mantém prisão de Paulo Henrique, ex-presidente do BRB

FELIPE PONTES/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, decidiu nesta sexta-feira manter a prisão preventiva do ex-presidente do Banco Regional de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa.

Fachin negou um pedido de prisão domiciliar feito pela defesa de Costa. O ministro afirmou que o ex-presidente do banco, preso desde abril, não atende aos requisitos necessários.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) foi contra o benefício, afirmando que as circunstâncias que levaram à prisão permanecem.

Os advogados haviam alegado que ele não mais representa risco para ordem social e econômica, em virtude de seu afastamento das atividades profissionais, e também que colabora com as investigações.

## INVESTIGAÇÃO

Costa é alvo da Operação Compliance Zero, que apura a corrupção de agentes públicos e fraudes bancárias bilionárias supostamente praticadas pelo ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do antigo Banco Master e também preso preventivamente.

Uma das linhas de investigação mais avançadas pela Polícia Federal (PF) envolve a negociação em que o BRB, banco público controlado pelo governo do Distrito Federal, compraria o Master.

No fim de outubro, a PF indiciou Paulo Henrique Costa, junto com Vorcaro e outras 13 pessoas, por crimes de gestão fraudulenta de instituição financeira, organização criminosa e lavagem de dinheiro, todos ligados ao negócio fracassado com o Master.

Segundo as investigações, o prejuízo ao BRB já apurado chega a R$ 2,7 bilhões. Parte das perdas foram provocadas por carteiras de créditos inexistentes, que estavam em nome da Tirreno, empresa de fachada operada pelo Master, e que fez transações com o BRB.

O tamanho real do rombo, contudo, ainda não é conhecido, uma vez que o BRB não publica seus balanços desde o ano passado. A falta de informações sobre a real situação do banco levou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a suspender o registro do banco como companhia aberta, impedindo a negociação de ações em bolsa de valores.

Ao prender Costa, a PF apontou indícios de que o ex-presidente do BRB teria combinado com Vorcaro o recebimento de propina estimada em R$ 146,5 milhões, por meio de imóveis, em troca da aprovação de negócios do banco público com o Master.

NAVIO-ESCOLA

# Marinha investiga denúncia de estupro feita por tenente durante viagem

RAYANDERSON GUERRA/AE

A Marinha investiga uma acusação de estupro envolvendo dois oficiais da tripulação do Navio-Escola Brasil, durante uma viagem do curso de formação da Força Armada, a 40ª Viagem de Instrução de Guardas-Marinha, conhecida como "Viagem de Ouro". Uma primeiro-tenente denunciou um capitão-tenente por violência sexual.

Ao tomar conhecimento da denúncia, o comandante do navio determinou a instauração de inquérito policial-militar (IPM) e a repatriação dos dois envolvidos ao Brasil. Não foi divulgado onde nem quando o episódio investigado teria ocorrido. O procedimento tramita sob sigilo na 2ª Auditoria da Justiça Militar, em Brasília.

A edição de 2026 da "Viagem de Ouro" começou em julho e tem duração prevista de 148 dias, com passagem por 17 portos em 14 países, além de escalas no Brasil.

Em nota, a Marinha informou que o comandante do navio tomou conhecimento de "supostas condutas irregulares entre militares praticadas a bordo" em 19 de outubro, quando a embarcação atracou em Lisboa, em Portugal. Segundo a instituição, o IPM foi instaurado imediatamente para apurar os fatos, a autoria e a materialidade de eventual crime.

A repatriação, de acordo com a Marinha, foi adotada como medida protetiva, para preservar a integridade, a privacidade e a dignidade dos envolvidos durante a apuração, com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e para garantir a assistência institucional necessária.

MINISTROS DO STF

# Caso Master: Senador pede levantamento do sigilo de relatórios

PLÓREN SOUZ/AE

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) enviou na quinta-feira passada, ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, e ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, pedidos relacionados aos relatórios da PF sobre ministros do STF e investigações do caso Banco Master.

O documento encaminhado a Fachin solicita o levantamento do sigilo dos relatórios entregues pela Polícia Federal (PF) sobre integrantes da Corte. Já o destinado a Gonet requer que a Procuradoria-Geral da República (PGR) peça ao STF que abra um inquérito para investigar os ministros Alexandre de Moraes, Kassio Nunes Marques e Dias Toffoli. Ele não menciona André Mendonça, de quem também consta um relatório da PF.

O pedido de Vieira ocorre em meio a questionamentos sobre a reformulação de relatórios produzidos pela PF sobre ministros do STF. Na petição, o senador cita ainda o afastamento dos delegados responsáveis pela condução do caso e aponta que o Senado não pode avaliar o que foi alterado entre as versões dos relatórios.

O documento pede, portanto, acesso às versões anteriores dos documentos e informações sobre as metodologias e os critérios usados na produção dos novos, como termos de busca e orientações que nortearam sua reformulação.

Além disso, o senador argumenta que o pedido de tornar públicas as informações tem finalidade múltipla: para o Parlamento e para a sociedade. "Todas decorrem da constatação de que, quando as luzes se apagam sobre documentos que tratam da conduta de integrantes da mais alta Corte do País, o que deixa de circular não é apenas uma informação, mas algo essencial à própria vida democrática", escreve.

Na petição enviada a Gonet, o senador reforça os pedidos e solicita que a PGR faça o requerimento ao STF das versões originais dos relatórios; peça à PF esclarecimentos sobre o critério de busca adotado, inclusive a lista completa de palavras-chave utilizada; e requeira ao STF abertura de inquérito sobre os ministros da Corte relacionados ao caso.

O senador pede ainda que Gonet, uma vez que já foi relacionado ao caso Master, apresente sua posição quanto a impedimento ou suspeição.

O ministro André Mendonça solicitou a Fachin a abertura do sigilo do relatório sobre ele e foi atendido pelo presidente do STF no último dia 20. O documento transcreve conversas por WhatsApp do banqueiro Daniel Vorcaro com terceiros sobre Mendonça. Segundo a PF, não foram identificadas trocas diretas de mensagens entre Mendonça e o dono do Master no celular apreendido pela corporação.

O nome de Mendonça não estava na versão original do relatório e foi incluído após o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, pedir que o documento fosse refeito, o que provou a reação do ministro

Na terça-feira, a PF publicou uma nota em que afirma que os relatórios foram produzidos seguindo as determinações do presidente do STF, limitadas a apresentar as menções aos ministros sem realizar análise investigativa ou cruzamento de dados.

EUA

# Tempestade no feriado de Ação de Graças deixa quase 1 milhão sem luz

A forte tempestade que atingiu o leste dos Estados Unidos deixou quase 1 milhão de casas sem eletricidade na quinta-feira, feriado de Ação de Graças. As rajadas de vento, que chegaram a 112 km/h, derrubaram árvores e danificaram a rede elétrica.

Segundo a FlightAware, foram registrados 454 cancelamentos e 2 441 atrasos em voos com origem ou destino aos EUA.

As tempestades causaram transtornos no trânsito, derrubaram árvores e linhas de energia e levaram a resgates em áreas alagadas desde Nova York até a Virgínia.

Em outras regiões, a neve úmida chegava nesta sexta-feira, a áreas ao sul do Vale do Tennessee, enquanto a chuva congelante avançava pelo norte da Nova Inglaterra. Precipitações também atingiam o Meio-Oeste, o Vale do Ohio e a região dos Grandes Lagos Inferiores.

No Noroeste, outro sistema de tempestades provocava chuva na costa do Oregon, com previsão de mais neve para a Cordilheira das Cascatas e as passagens montanhosas de Montana e Wyoming.

Conforme o site PowerOutage.us, mais de 650 mil residências do país estavam sem luz até as 10h desta sexta-feira (horário de Brasília). O pico foi de 961 mil registros às 21h30 (também de Brasília) de quinta.

Trump aprova declaração de grande desastre na Flórida

Na quinta-feira, o presidente dos EUA, Donald Trump, assinou uma declaração de grande desastre para a Flórida, em razão das tempestades severas e inundações históricas que atingem o estado desde outubro.

"Tenho o prazer de anunciar que aprovei oficialmente declarações de grande desastre, permitindo a atuação da FEMA e o envio de verbas de auxílio emergencial para o estado da Flórida, em decorrência das tempestades severas e inundações que assolaram o estado desde outubro", disse Trump no Dia de Ação de Graças.

A aprovação ocorreu após pressão bipartidária de congressistas da Flórida e de políticos locais, que cobraram do governo a liberação de recursos da Agência Federal de Gestão de Emergências (Fema) para as comunidades atingidas.

## DESFILE

A 100ª edição do tradicional desfile de Ação de Graças da Macy's, em Nova York, foi adiado para este sábado, 28, por causa do mau tempo.

A Macy's informou, em comunicado divulgado na quarta-feira passada, que o desfile anual, originalmente programado para a quinta-feira foi transferido "por excesso de cautela", após consultas com autoridades municipais sobre as condições climáticas severas.

"Nossa equipe está agora trabalhando na complexa logística operacional necessária para realizar o desfile no sábado, e divulgaremos mais detalhes à medida que forem definidos", afirmou a empresa.

O adiamento ocorreu em meio à previsão de uma forte tempestade em Nova York, com ventos intensos e chuva na região. A previsão havia levantado preocupações sobre como os enormes balões do desfile se comportariam ao flutuar pelos corredores entre os arranha-céus de Manhattan, onde os ventos são fortes, e sobre as multidões de espectadores que se aglomeram nas ruas abaixo para acompanhar o evento.

Mamdani diz que segurança está em primeiro lugar.

Em entrevista coletiva, o prefeito de Nova York, Zohran Mamdani, afirmou que os ventos previstos para a quinta-feira seriam fortes o suficiente para quebrar galhos de árvores e derrubar linhas de energia. Ele destacou que adiar o desfile foi a decisão correta.

"Sei que muitos nova-iorquinos, inclusive eu, assim como milhões de pessoas ao redor do mundo, estavam ansiosos para acompanhar o desfile amanhã", disse. "Gerações de pessoas assistiram ao Bob Esponja e ao Homem-Aranha sobrevoarem nossas ruas e viram Garfield flutuar pela Sexta Avenida. Sei que essa mudança de planos causará transtornos, mas a segurança precisa vir em primeiro lugar."

O Serviço Nacional de Meteorologia dos EUA (NWS, na sigla em inglês) emitiu alertas de ventos fortes e de inundação costeira para o período entre quinta e sexta-feira. A Agência de Gerenciamento de Emergências de Nova York (NYCEM, na sigla em inglês) vem alertando os moradores sobre a possível tempestade. Na manhã dessa quinta, autoridades proibiram a circulação de caminhões articulados sem carga nas pontes por causa dos ventos.

Os icônicos balões do desfile já estavam em processo de enchimento quando o adiamento foi anunciado. Representantes da Macy's haviam adiado repetidamente entrevistas no local, o que despertou suspeitas entre os jornalistas da imprensa local antes do anúncio oficial da mudança.

Will Coss, executivo da Macy's, afirmou que os organizadores estão trabalhando com as bandas e os demais artistas e que estão "otimistas de que conseguiremos manter o desfile que nos propusemos a produzir e levar a Nova York no Dia de Ação de Graças".

"Todos entendem o desafio que temos pela frente e estão se unindo a nós para criar o melhor e mais bem-sucedido desfile da 100ª edição", afirmou.

Ataques

# Paquistão e Turquia ajudarão Arábia Saudita contra Houthis

O Paquistão e a Turquia prometeram apoiar a Arábia Saudita contra os ataques contínuos dos rebeldes Houthis. O compromisso foi firmado durante negociações realizadas nesta sexta-feira, entre as três nações, sob um pacto de defesa trilateral que estabelece que um ataque a um dos membros é considerado um ataque a todos.

Autoridades de defesa e militares reuniram-se por mais de duas horas em Islamabad para discutir os desdobramentos no Oriente Médio. Segundo autoridades paquistanesas, eles se comprometeram a apoiar esforços diplomáticos voltados para a redução das tensões regionais.

O ministro das Relações Exteriores do Paquistão, Ishaq Dar, afirmou em declarações transmitidas pela televisão que, na reunião, ficou decidido continuar apoiando iniciativas para a desescalada das tensões regionais, bem como incentivar a resolução pacífica de disputas por meio do diálogo e da diplomacia.

Dar informou que as três partes reiteraram sua condenação aos ataques perpetrados pelos rebeldes Houthis - apoiados pelo Irã - no Iêmen, os quais têm como alvo civis e infraestruturas civis no Reino da Arábia Saudita.

As três partes reafirmaram seu apoio ao Reino "na salvaguarda de sua segurança, soberania e integridade territorial", conforme previsto no pacto de defesa, disse Dar.

Paquistão e Turquia afirmam que o pacto é estritamente defensivo Bandeiras do Paquistão, da Turquia e da Arábia Saudita foram hasteadas ao longo do trajeto em Islamabad, por onde passaram os veículos que transportavam as delegações, sob forte esquema de segurança.

A reunião de sexta-feira do Comitê Estratégico, Político e de Defesa faz parte do Acordo de Defesa de Meca, assinado em agosto, na cidade sagrada saudita, pelo primeiro-ministro paquistanês, Shehbaz Sharif, pelo príncipe herdeiro saudita, Mohammed bin Salman, e pelo presidente turco, Recep Tayyip Erdogan.

Autoridades turcas indicaram que Ancara avalia o envio de assistência militar à Arábia Saudita, mas ressaltam que o Acordo de Meca tem caráter defensivo e que não haverá o envio de tropas turcas para combater no Iêmen ou atacar os Houthis.

O Paquistão também descreveu o acordo como estritamente defensivo, enfatizando que ele não é direcionado contra nenhum país - incluindo o Irã - e que reflete um desejo comum de fortalecer a cooperação estratégica em segurança.

Paralelamente, Erdogan aprovou formalmente o acordo trilateral, concluindo o processo de ratificação da Turquia para o pacto de defesa, conforme publicado no *Diário Oficial* turco nesta sexta-feira.

No início deste mês, os legisladores aprovaram o acordo por 279 votos a 119 no parlamento turco - que conta com 600 cadeiras -, apesar das objeções de partidos de oposição, que argumentaram que o pacto poderia envolver a Turquia em guerras regionais e colocar soldados turcos em situação de risco.

Em Ancara, autoridades turcas informaram que o ministro das Relações Exteriores, Hakan Fidan, o ministro da Defesa, Yasar Guler, e o chefe militar, general Selcuk Bayraktaroglu, participariam da reunião. Segundo eles, Fidan reafirmaria o compromisso da Turquia com o acordo e sua "total solidariedade" para com Riad. Ele também declararia inaceitáveis ??os ataques dos houthis que têm como alvo civis e infraestruturas civis, e que ameaçam a segurança regional.

Fidan também enfatizaria a importância de buscar uma solução diplomática para o conflito - que envolve, de um lado, os EUA e Israel, e, do outro, o Irã - e de garantir a navegação segura pelo estreito de Bab al-Mandeb, de acordo com uma autoridade que solicitou anonimato para discutir a pauta da reunião.

O ministro da Defesa do Paquistão, Khawaja Muhammad Asif, acompanhado por Dar e pelo chefe do exército, marechal de campo Asim Munir, participou do encontro. Pela Arábia Saudita, estiveram presentes o ministro da Defesa, Khalid bin Salman, o ministro das Relações Exteriores, príncipe Faisal bin Farhan, e o chefe do exército.

Asif afirmou que o Paquistão utilizará "todos os meios disponíveis" para defender a Arábia Saudita contra ataques dos houthis.

O Paquistão também tem trabalhado com países do Oriente Médio, incluindo o Catar, para instar os Estados Unidos e o Irã a retornarem à mesa de negociações a fim de encerrar o conflito. Em junho, o Paquistão mediou um acordo provisório entre as duas partes.

As autoridades decretaram feriado local em Islamabad para restringir a circulação de pessoas, como parte das medidas de segurança. A polícia de trânsito anunciou desvios nas vias e orientou os motoristas a utilizarem rotas alternativas, visando acomodar as delegações estrangeiras.

Em uma reunião anterior, realizada em Riad, as três partes comprometeram-se a implementar imediatamente o que descreveram como seus compromissos de defesa coletiva, incluindo providências para o rápido envio de forças militares e capacidades previamente acordadas para a Arábia Saudita. Nos termos do acordo, a secretaria do grupo foi estabelecida na Arábia Saudita, e o general paquistanês reformado Nauman Mahmood foi escolhido como seu primeiro secretário-geral.

O pacto vincula as partes por 10 anos; após esse período, é necessário um aviso prévio de três meses para a retirada.

## ATAQUE AÉREO

O Ministério da Saúde controlado pelos houthis afirmou nesta sexta-feira que um ataque aéreo a uma área densamente povoada no sudoeste do Iêmen matou pelo menos 11 pessoas, entre elas crianças. O episódio é o mais recente na luta entre o grupo rebelde, apoiado pelo Irã, e as forças do governo, apoiadas pela Arábia Saudita.

O porta-voz do ministério, Anees al-Asbahi, afirmou no X que o ataque atingiu, na manhã desta sexta, um prédio onde funcionava um cinema na cidade de Turbah, na província de Taiz. Entre as vítimas estavam crianças que vendiam sorvete na região e moravam em parte do edifício.

Al-Asbahi não informou quantas crianças morreram. Segundo ele, o balanço ainda era preliminar, enquanto equipes de resgate tentavam retirar outros corpos dos escombros.

O porta-voz atribuiu o ataque à Arábia Saudita. A coalizão saudita não se pronunciou publicamente sobre o incidente.

Imagens exibidas pela *al-Masirah TV*, emissora controlada pelos houthis, mostraram um prédio destruído e pessoas vasculhando os escombros para retirar os corpos de várias crianças.

Mar Negro

# Ucrânia quer acordo para passagem de grãos e Rússia quer incluir petróleo

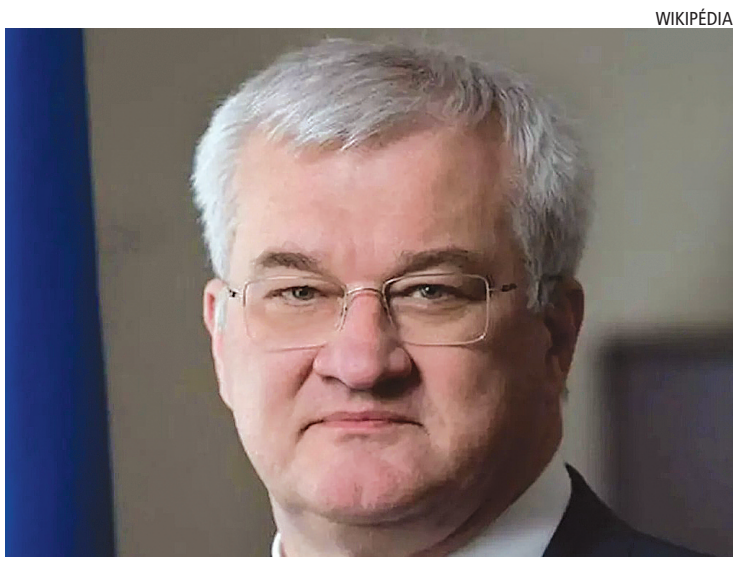
LETÍCIA ARAÚJO/AE

A Rússia quer incluir as exportações de petróleo em um possível acordo para o transporte de produtos pelo Mar Negro com a Ucrânia, de acordo com o ministro das Relações Exteriores ucraniano, Andrii Sybiha. A Ucrânia apresentou uma proposta para garantir a passagem segura de produtos agrícolas e, segundo a agência ucraniana UNN, ainda aguarda resposta da Rússia.

Em entrevista, Sybiha afirmou que os russos querem a inclusão do petróleo no acordo e que a Ucrânia está disposta a considerar uma "trégua energética mais ampla". "Estamos prontos para uma trégua energética, mas então ela deve ser considerada juntamente com todos os componentes energéticos que fazem parte desse conceito", afirmou Sybiha.

Na quinta-feira, a Rússia voltou a atacar navios de carga que transportavam mais de 100 mil toneladas de grãos, em meio a uma série de ofensivas russas contra as embarcações com produtos agrícolas.

WIKIPÉDIA



Nota

## ONU ALERTA PARA AGRAVAMENTO DA FOME COM GUERRA, CUSTO DE COMBUSTÍVEL E MENOR AJUDA

A fome deve se agravar em 16 países nos próximos seis meses, e o Sudão e o Iêmen - ambos assolados por guerras - estão entre as cinco nações que enfrentam o risco mais grave, alertaram as agências de alimentação da Organização das Nações Unidas (ONU) nesta sexta-feira. O relatório Pontos Críticos de Fome, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA), abrange o período de dezembro a maio de 2026. As agências apontaram para conflitos, a disparada nos custos dos combustíveis - associada à guerra no Oriente Médio - e cortes drásticos na ajuda humanitária como razões pela situação. O documento coloca o Sudão, o Iêmen, o Sudão do Sul, a Somália e o norte da Nigéria no nível mais alto de preocupação. Todos os cinco têm aparecido na lista repetidamente desde 2022. Os territórios palestinos foram rebaixados em um nível após o cessar-fogo em Gaza, em outubro de 2025; contudo, 67% da população de Gaza ainda enfrenta um quadro de fome em nível de crise ou pior, e o relatório alertou que essas melhorias são frágeis.

Irã-EUA

# UKMTO: incidentes marítimos na região de Ormuz voltam ao início da guerra

PEDRO LIMA/AE

O número de incidentes marítimos na região do Estreito de Ormuz voltou a patamares registrados no início da guerra entre Estados Unidos e Irã, em 28 de fevereiro, segundo dados de relatório semanal divulgado nesta sexta-feira pela agência britânica de Operações de Comércio Marítimo (UKMTO, na sigla em inglês). O tráfego de embarcações pela passagem estratégica permanece cerca de 65% abaixo dos níveis anteriores ao conflito

De acordo com gráfico da agência, o número de ocorrências no Estreito de Ormuz e nos golfos Pérsico e de Omã superou 35 em outubro, ante cerca de 22 em setembro e 15 em agosto. Em março, primeiro mês completo da guerra, foram registrados aproximadamente 35 incidentes. O balanço mensal de novembro ainda não foi divulgado.

Nos sete dias encerrados em 25 de novembro, a UKMTO contabilizou dez incidentes na região, dos quais sete em Ormuz, dois no Golfo de Omã e um no Golfo Pérsico. Seis embarcações prosseguiram viagem, três precisaram de assistência e uma teve desfecho desconhecido.

Desde o início da guerra, foram relatados 112 incidentes especificamente em Ormuz. O Centro Conjunto de Informações Marítimas (JMIC, na sigla em inglês) mantém o nível de ameaça no estreito como "severo", o segundo mais elevado de sua escala, o que significa que um ataque é considerado "altamente provável".

Apesar dos riscos à navegação, o número de travessias pelo estreito aumentou de 263 na semana anterior para 339 nos últimos sete dias. Cerca de 70% das embarcações transportavam produtos energéticos.

A UKMTO ressalta que divulga apenas incidentes verificados por meio de fontes primárias e que tem conhecimento de outras ocorrências que não puderam ser confirmadas de forma independente.